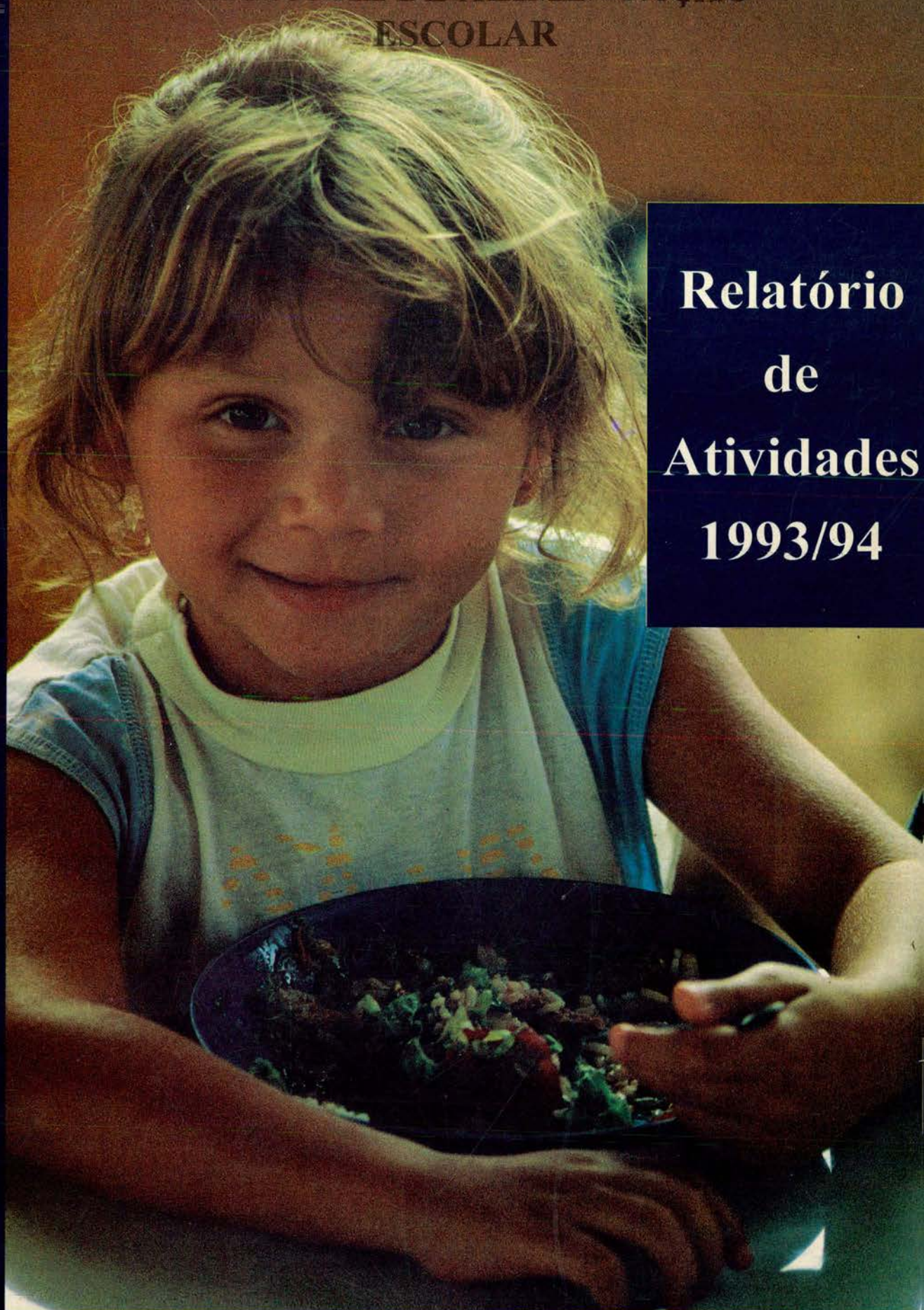


DESCENTRALIZAÇÃO DO PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR

**Relatório
de
Atividades
1993/94**



MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

FAE

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

Descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

93/94

PROJETO GRÁFICO: Assessoria de Comunicação - ASCOM/FAE

COMPOSIÇÃO, EDITORAÇÃO E ARTE-FINAL: Gráfica Colúmbia

FOTO DE CAPA: Rui Faquini

FOTOS INTERNAS: Arquivo-ASCOM – Rui Faquini – Alessandra Pinheiro

SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO: ASCOM/FAE

IMPRESSÃO: Gráfica Colúmbia

PRODUÇÃO E REVISÃO: DAAN/FAE e ASCOM/FAE

F981d

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

Descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar: Relatório de Atividades 93/94. Brasília: FAE, Diretoria de Apoio Alimentar e Nutricional, 1994.

72p.

1. Alimentação Escolar – Brasil.

I. Título

CDU 371.217.2(81) (047.3)

SUMÁRIO

	Pág.
1 – Apresentação	05
2 – Histórico	07
3 – Diretrizes Básicas da Descentralização	09
4 – Clientela Escolar	11
5 – Recursos Financeiros Utilizados para o Desenvolvimento do Programa no ano de 1993	13
6 – Projeto de Assistência Escolar para Alimentação de Crianças Escolares de 1º Grau, nas áreas carentes	14
7 – Controle de Qualidade da Alimentação Escolar do PNAE	17
8 – Supervisão do PNAE	19
9 – Procedimentos Administrativos	21
– Avaliação das Aquisições efetuadas pelas Secretarias Estaduais de Educação e Prefeituras Municipais das capitais	
– Acompanhamento e conclusão de Processos Administrativos de desvio de alimentos	
– Auditoria Operacional - Tribunal de contas da União	
– Recursos Humanos	
10 – Considerações Finais	25
11 – Anexos	29
12 – Relatório - IPEA	65



APRESENTAÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar viveu em 1986, sua primeira experiência de gestão descentralizada com aproximadamente 200 convênios celebrados diretamente entre a FAE e municípios.

A proposta era de implantar gradativamente a municipalização em todo o País.

No entanto, interesses econômicos e políticos prevaleceram e o processo de municipalização foi interrompido, retornando sete anos depois.

O período 93/94 foi de novos desafios para a Fundação de Assistência ao Estudante na implementação da política de descentralização da alimentação escolar.

O presente Relatório informa os primeiros resultados da nova sistemática adotada em 1993 pela FAE para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. A descentralização da gestão, inicialmente aos Estados e posteriormente aos Municípios, foi o principal ponto das inovações empreendidas.

À medida que se avançava nas ações de descentralização do Programa, começava a se desenhar um novo perfil de atuação da Fundação.

As atividades da Diretoria de Apoio Alimentar e Nutricional, responsável pelo PNAE, foram totalmente redefinidas: ao Departamento de Desenvolvimento de Programas coube a responsabilidade de assumir a realização dos convênios, o acompanhamento e a avaliação; ao Departamento de Aquisição e Distribuição coube o gerenciamento da execução dos convênios com Estados e Municípios e, ao Departamento de Controle de Qualidade, a definição de novas sistemáticas de garantia de qualidade dos alimentos, além da manutenção da já existente.

Além de apresentar as ações desencadeadas no desenvolvimento do PNAE referente aos exercícios de 1993 e 1994 (até o mês de outubro), integra este Relatório o documento “Um Balanço das Ações do Governo no Combate à Fome e à Miséria – 1993”, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, especificamente o tópico relativo à descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que faz uma primeira avaliação de seu desempenho.

Todos os avanços alcançados na melhoria do Programa Nacional de Alimentação Escolar partiu da decisão de descentralizar suas ações e correspondem ao ambiente empreendedor e renovador que vem se desenvolvendo no Ministério da Educação e do Desporto.

Ao não considerar a Descentralização da Alimentação Escolar como uma experiência a mais, no veio de tantas que foram iniciadas ao longo da história das políticas no Brasil, o Ministério da Educação e do Desporto através da FAE ocasionou a mudança total da forma de operacionalização do Programa, o que torna o processo de descentralização prática irreversível de gerenciamento dos recursos públicos destinados ao PNAE. A Fundação de Assistência ao

Estudante, por meio de sua Diretoria de Apoio Alimentar e Nutricional, baseada no conjunto de direitos, deveres e competência e nas relações de parceria estabelecidas com os Estados e Municípios, está certa de ter concorrido para a melhoria do atendimento ao aluno garantindo os objetivos constitucionais de atendimento às crianças e adolescentes.

Muitos avanços ocorreram, mas ainda há muito a ser trilhado.

CLEBER FERREIRA DOS SANTOS

Diretor

HISTÓRICO

A Fundação de Assistência ao Estudante, entendendo que a participação efetiva dos municípios na gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar é a melhor alternativa para a garantia do bom desempenho qualitativo e quantitativo do Programa, constituiu, através da Portaria nº 044 de 28 de janeiro de 1993 (Anexo I), um Grupo de Trabalho com a finalidade de apresentar as diretrizes e estratégias para a implantação da descentralização da alimentação escolar.

O resultado deste trabalho, deliberado pela Presidência da FAE e pelo Ministério da Educação e do Desporto, foi apresentado em março de 1993 aos representantes da União de Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, Conselho de Secretários Estaduais de Educação - CONSED, Frente Municipalista de Prefeitos, Tribunal de Contas da União - TCU, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, sendo aprovado por unanimidade.

Em abril, o Governo Federal aprovou o Plano de Emergência de Combate à Fome e à Miséria, que trouxe como uma das metas da área do Ministério da Educação e do Desporto, a descentralização da alimentação escolar. É inquestionável a relevância de tal medida proporcionando o devido apoio político para o desencadeamento das ações necessárias ao desenvolvimento desse novo procedimento administrativo.

A adesão dos Municípios ao Programa de Descentralização obedeceu uma sistemática de permitir, inicialmente, a participação das capitais dos Estados e posteriormente estender o atendimento às cidades com população superior a 50 mil habitantes, além daquelas que já haviam participado da experiência da FAE no período de 1986/89.

Essa estratégia foi adotada considerando a infra-estrutura da FAE, que até então era voltada para o processo centralizado e carente de sistema informatizado, além da deficiência numérica de recursos humanos na Diretoria.

Em novembro de 1992 foi iniciado o processo de descentralização para as Unidades Federadas.

A descentralização, com vistas aos Municípios, foi iniciada em junho de 1993 com a apresentação da proposta para adesão de 24 dentre as 26 capitais existentes no país (*), sendo assinados 23 convênios. A 24ª capital não foi incluída devido a sua inadimplência junto ao Tesouro Nacional. Atualmente, 88% das capitais (23 municípios) são responsáveis pela gestão administrativa do Programa.

Em setembro do mesmo ano, dando seguimento ao processo, foi encaminhada documentação a 565 municípios com população acima de 50 mil habitantes e aqueles que já haviam participado da municipalização ocorrida no período de 86/89. Destes, 372 (65%) encaminharam propostas de adesão e 287 municípios assinaram convênios, o que representa 77% dos projetos recebidos. Os demais não foram incluídos devido ao não atendimento da documentação legal exigida.

Em novembro, foi realizado o II Encontro Nacional dos Dirigentes e Representantes da FAE, que contou com a participação, além do corpo dirigente da FAE e REFAEs, de dois técnicos de cada representação.

Na ocasião, a FAE apresentou os novos documentos produzidos no sentido de orientar os técnicos das Representações para o devido assessoramento aos Estados e Municípios nas diversas etapas da gestão descentralizada do Programa, quais sejam:

(*) - Cabe ressaltar que Brasília - capital do país -, devido às suas peculiaridades, foi considerada como Unidade Federada.

- Descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar - 2ª Edição;
- Orientação para a Elaboração de Programação de Alimentos;
- Ofício aos Coordenadores dos Convênios FAE de Controle de Qualidade, contendo esclarecimentos e sugestões quanto ao controle de qualidade dos alimentos a serem adquiridos pelos estados e municípios;
- Orientação para Compras Descentralizadas de Produtos Básicos e Perecíveis para o Programa de Alimentação Escolar executado pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação; e
- Orientação para Prestação de Contas e Instruções de Preenchimento do Relatório de execução Físico-Financeira.

Foram discutidas as novas atribuições das REFAEs na implementação da descentralização para o exercício de 1994, sendo sugerido uma maior participação dos técnicos das representações.

Essas discussões geraram, posteriormente ao Encontro, a definição das ações a serem desenvolvidas pelas REFAEs.

Às representações coube a análise prévia da documentação a ser apresentada pelos municípios interessados em aderir à descentralização, emitindo parecer conclusivo, aprovando a proposta ou adotando as devidas providências para a solução de pendências. Coube, ainda, às representações, a análise dos Relatórios de Execução Físico-Financeiros, necessários para a liberação das parcelas subseqüentes do convênio, bem como da Prestação de Contas Final.

Essas novas atribuições, aliadas às de assessoria, orientação e acompanhamento do Programa nos Estados e Municípios, concorrem, sem dúvida, para o êxito da Política de Descentralização da Alimentação Escolar.

Em 1994, a Política de Descentralização foi estendida a todos os municípios do País com infra-estrutura operacional e administrativa capaz de gerenciar o Programa.

Os procedimentos adotados pela Diretoria de Apoio Alimentar e Nutricional previam no início do exercício de 1994, a adesão dos municípios em duas etapas, uma no primeiro semestre e a segunda a ser iniciada em julho/94. No entanto, tendo em vista a Lei 8.913 de 12 de julho de 1994 (Anexo II), que dispôs sobre a municipalização da merenda escolar, a Fundação de Assistência ao Estudante vem realizando as adaptações nos termos de convênio. Este fato adiou o início da segunda etapa da descentralização. A referida Lei consolida o processo de descentralização do Programa, pois não prevê a aquisição de alimentos à nível central.

Foram apresentadas propostas de adesão de 1.774 municípios. Atualmente (agosto/94), a Fundação de Assistência ao Estudante têm firmado convênios com 1.344 municípios (Anexo III), o que representa 77% dos projetos recebidos. Este dado significa um acréscimo de 330% em relação ao total de convênios com municípios firmados no ano de 1993.

DIRETRIZES BÁSICAS DA DESCENTRALIZAÇÃO

As principais diretrizes para a descentralização, adotadas no período 93/94, são as seguintes:

- Descentralização do Programa de Alimentação Escolar fundamentando-a no respeito ao princípio federativo e reconhecendo o Município como cédula básica do Estado Brasileiro;
- Adesão voluntária do município à Descentralização do Programa de Alimentação Escolar com comprovação de estrutura administrativa, produção/abastecimento de alimentos local/estadual/ou regional e infra-estrutura necessária para a implantação do Programa;
- Atendimento ao pré-escolar, ao ensino fundamental (Municipal, Estadual e Federal) e às escolas filantrópicas cadastradas na Secretaria Estadual de Educação.
- Repasse antecipado de recursos financeiros aos Estados e Municípios, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, para aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento aos alunos nos 200 dias letivos;
- Os Estados e Municípios assegurarão que os gêneros alimentícios destinados à Alimentação Escolar atendam a legislação vigente e as recomendações nutricionais definidas pela FAE;
- O acompanhamento e avaliação da Descentralização da Alimentação Escolar é de responsabilidade da FAE/Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.



CLIENTELA ESCOLAR - OBJETO PRINCIPAL DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A clientela atendida pelo PNAE compreende os alunos da rede pública de ensino cursando o pré-escolar, primeiro grau, escolas técnicas e agrotécnicas federais e também das escolas filantrópicas cadastradas nas Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação.

Em 1993, o universo de alunos atendidos totalizou 30.600.250, conforme verifica-se no Quadro I. Esses dados, fornecidos pela Coordenação de Informações para o Planejamento/Coordenação Geral de Planejamento Setorial do Ministério da Educação e do Desporto, são provenientes de informações periódicas dos Estados e baseadas nas matrículas efetivadas no período letivo.

Cabe ressaltar que, embora o número de alunos seja a base para o cálculo do valor total a ser repassado para os Estados e Municípios, ainda encontra-se bastante desatualizado, visto que diversos executores locais afirmam atender a uma clientela superior à cadastrada no MEC.

A meta de 200 dias de atendimento com alimentação à clientela escolar não pôde ser atingida, já que a liberação dos recursos orçamentários ocorreu somente em março de 93, restando apenas 170 dias letivos no ano.

Por outro lado, os recursos foram insuficientes para o cumprimento da meta, sendo repassados aos Estados e Municípios o valor equivalente ao atendimento a 113 dias (66%).

Considerando que nas transferências realizadas no exercício de 1992 foram incluídos recursos financeiros para o atendimento a cinco dias de 1993, o PNAE totalizou 118 dias com alimentação escolar.

Os dados de clientela, disponíveis no Ministério da Educação e do Desporto para o exercício de 1994, apresentam o mesmo quantitativo de alunos atendidos no ano de 1993.

RECURSOS FINANCEIROS UTILIZADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NO ANO DE 1993

A FAE, em fins de 1992, dado a escassez de recursos financeiros para o atendimento pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, estabeleceu índices de pobreza a cada Unidade Federada, considerando quatro indicadores sócio-econômicos: a renda familiar; mortalidade proporcional em menores de um ano; taxa de reprovação e taxa de evasão escolar, classificando os Estados da federação em cinco grupos.

Estes mesmos índices foram utilizados, no exercício de 1993, nos três primeiros repasses, na gestão descentralizada, tendo em vista que os recursos disponíveis na FAE eram insuficientes para o atendimento a toda clientela escolar.

Os percentuais aplicados sobre o valor total de recursos que deviam ser transferidos a cada Unidade Federada variaram de 30 a 70%, sendo que havia o comprometimento dos Estados em complementar a alimentação com recursos próprios. Isto somente ocorreu, de forma significativa, em apenas três.

Além da questão de recursos orçamentários, outro entrave relativo à descentralização do Programa ocorreu no primeiro repasse com a inadimplência de sete Estados com a União, ocasionando a aquisição de gêneros alimentícios através da CONAB para o atendimento à clientela a eles vinculada.

O problema foi resolvido já no segundo repasse, fruto dos esforços da FAE junto aos Estados devedores, objetivando o adimplemento destes e viabilizando, assim, a política de descentralização da Instituição.

A partir do meio do ano, com a suplementação de recursos orçamentários, as transferências de recursos aos Estados e Municípios foram rigorosamente cumpridas, o que deu credibilidade à política de descentralização da alimentação escolar.

Cabe salientar que os CR\$ 41,79 bilhões (quarenta e um bilhões e setecentos e noventa milhões de cruzeiros reais) foram resultado de um orçamento inicial de CR\$ 21,79 bilhões (vinte e um bilhões e setecentos e noventa milhões de cruzeiros reais) suplementados em julho de 1993 em CR\$ 20 bilhões (vinte bilhões de cruzeiros reais).

Para os Estados foram destinados CR\$ 31.088.326.809,92 (trinta e um bilhões, oitenta e oito milhões, trezentos e vinte e seis mil, oitocentos e nove cruzeiros reais e noventa e dois centavos), conforme discriminado no Quadro II.

Aos trezentos e dez (310) Municípios que aderiram à descentralização no exercício de 1993, incluindo Capitais e Municípios do interior, foram repassados CR\$ 7.798.315.343,00 (sete bilhões, setecentos e noventa e oito milhões, trezentos e quinze mil e trezentos e quarenta e três cruzeiros reais). A estes Municípios cabe o atendimento a 6.062.398 alunos, ou seja, 20% da clientela do Programa, conforme evidenciado no Quadro III.

Os demais recursos foram utilizados no pagamento das faturas do Controle de Qualidade e repassados aos três Estados atendidos pelo PMA como contrapartida da FAE ao Projeto BRA - 2731.01 (será melhor detalhado nos capítulos seguintes).

No exercício de 1994*, foram repassados R\$ 241.924.120,36 (duzentos e quarenta e um milhões, novecentos e vinte e quatro mil, cento e vinte reais e trinta e seis centavos) aos 1.360 municípios que aderiram à descentralização e às 23 Secretarias Estaduais de Educação (quadro IV).

(*) - Posição em outubro de 1994.

Os Estados da Bahia, Ceará e Espírito Santo assinaram convênio recentemente e receberão recursos financeiros da ordem de R\$ 24.742.862,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e quarenta e dois mil e oitocentos e sessenta e dois reais).

Considerando o estabelecido na Instrução Normativa nº 02, de 19 de abril de 1993, que define as regras para os convênios a serem firmados com a União, não foi celebrado convênio com a Secretaria Estadual de Educação do Amapá devido a inadimplência da mesma.

PROJETO DE ASSISTÊNCIA PARA ALIMENTAÇÃO DE CRIANÇAS ESCOLARES DE PRIMEIRO GRAU NAS ÁREAS CARENTES DA REGIÃO NORDESTE

Além das ações de descentralização, a FAE, por meio da Diretoria de Apoio Alimentar e Nutricional, deu continuidade ao Projeto de Assistência para Alimentação de Crianças Escolares nas Áreas Carentes da Região Nordeste, em sua segunda fase de execução. O Projeto faz parte do Acordo entre o Governo Brasileiro e o Programa Mundial de Alimentos - PMA da ONU e atua de forma suplementar ao Programa de Alimentação Escolar, mediante a doação de gêneros alimentícios.

A clientela atendida no exercício de 1993 pelo Projeto totalizou 570.000 alunos dos Estados do Ceará, Paraíba e Piauí, população definida a partir dos dados obtidos no Censo de altura/idade.

O referido Censo realizado em 1991 pelas Secretarias Estaduais de Educação desses três Estados, com o patrocínio da FAE e do PMA, constituiu-se no referencial para o desenvolvimento dessa fase da ajuda internacional, contribuindo para evidenciar a carência nutricional que atinge um significativo percentual de escolares dessas regiões.

O Programa Mundial de Alimentos, no exercício de 1993, destinou ao PNAE 2.532.594 Kg de alimentos, correspondente a US\$ 5.231.496,90 (cinco milhões, duzentos e trinta e um mil, quatrocentos noventa e seis dólares e noventa centavos) o que representa CR\$ 1.432.802.370,97 (um milhão, quatrocentos e trinta e dois milhões, oitocentos e dois mil trezentos e setenta cruzeiros reais e noventa e sete centavos) a preços de 15 de dezembro de 1993.

Os Estados, com os estoques remanescentes de 1992, distribuíram à população escolar atendida pelo Projeto, 2.061.952 Kg (dois milhões, sessenta e um mil novecentos e cinquenta e dois quilos) de alimentos (Quadro V).

O Quadro V demonstra o recebimento de 400 toneladas de leite em pó, que foram utilizadas para o atendimento à clientela do Programa Estadual de Alimentação Escolar do Estado de Pernambuco (não incluída no Projeto), já que as áreas de atuação do Projeto estavam suficientemente abastecidas do produto.

A FAE, em substituição, adquiriu alimentos básicos cujos valores financeiros somaram o equivalente ao custo do produto doado, destinando-os à clientela do Projeto BRA 2732-01 (Quadro VI).

O Projeto dispôs, ainda, de recursos do Fundo Trigo (proveniente da venda de trigo em grão) e do Fundo Especial (proveniente das vendas de avarias e sacarias dos produtos doados) somando CR\$ 190.881.487,49 (cento e noventa milhões, oitocentos e oitenta e um mil, quatrocentos e oitenta e sete cruzeiros reais e quarenta e nove centavos). Deste total CR\$ 14.131.207,00 (quatorze milhões, cento e trinta e um mil e duzentos e sete cruzeiros reais) foram utilizados para a aquisição de alimentos básicos.

Do total de recursos financeiros transferidos às Secretarias de Educação dos Estados do Ceará, Paraíba e Piauí, em 1993, CR\$ 778.832.284,68 (Setecentos e setenta e oito milhões, oitocentos e trinta e dois mil, duzentos e oitenta e quatro cruzeiros reais e sessenta e oito centavos) foram utilizados na área de abrangência do Projeto BRA 2732-01, o que representa US\$ 4,3 milhões.

Ainda no exercício de 1993, foram transferidos às Secretarias de Educação dos Estados do Ceará, Paraíba e Piauí, CR\$ 277.220.542,17 (duzentos e setenta e sete milhões, duzentos

e vinte mil, quinhentos e quarenta e dois cruzeiros reais e dezessete centavos), para a aquisição de 2.739.959 Kg (dois milhões, setecentos e trinta e nove mil, novecentos e cinquenta e nove quilos) de alimentos para a área de abrangência do Projeto, como pagamento de dívidas relativas a empréstimos de produtos concedidos pelo Programa Mundial de Alimentos à clientela do Programa de Alimentação Escolar não incluída na área de abrangência do Projeto. Estes valores totalizaram US\$ 2,8 milhões.

Tendo em vista a necessidade de avaliar o impacto no sistema educacional, implantou-se o Sistema de Avaliação e Acompanhamento, consistindo na coleta sistemática de dados referentes às taxas de evasão, repetência e absenteísmo das escolas da área de abrangência do Projeto, considerando como grupo controle as escolas atendidas pelo PNAE. A apresentação dos resultados obtidos será realizada através de um seminário e publicação em livreto, objetivando além da divulgação do trabalho, a reprodutividade em outras regiões.

A perspectiva de utilização dos produtos regionais na composição dos cardápios de forma a elevar a qualidade da alimentação escolar, possibilitará um melhor aproveitamento dos produtos doados.

Face à política de descentralização, faz-se necessário uma readequação do Projeto de Acordo do PMA.

A exemplo do ocorrido em 1991, quando o Projeto garantiu apoio para a realização do Censo de altura/idade dos escolares, identifica-se ações que possam ser desenvolvidas com a ajuda internacional tais como: apoio à realização de pesquisas voltadas para a avaliação da descentralização, capacitação de recursos humanos na área visando a garantia de bom desempenho do Programa e, ainda, o apoio a projetos de transferência de tecnologia.

CONTROLE DE QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Controle de Qualidade dos alimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar consiste em um conjunto de atividades que visa a garantia da manutenção das características próprias do alimento (de acordo com os Padrões de Qualidade e Identidade-PIQs) e assegure que ao ser consumido este produto não cause dano à saúde da população escolar atendida.

A FAE, por meio de sua Diretoria de Apoio Alimentar e Nutricional, conta, para o desenvolvimento das atividades de controle de qualidade, com vinte e sete instituições credenciadas para prestação de serviços, atendendo a todas as Unidades Federadas. Os Estados de Roraima, Ceará e Bahia estão sendo atendidos provisoriamente por Instituições credenciadas de outros Estados até a concretização do credenciamento de uma entidade local. (Quadro VII).

O total de recursos financeiros utilizados no exercício de 1993 para pagamento dos serviços prestados atingiu o montante de CR\$ 43.556.577,62 (quarenta e três milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e setenta e sete cruzeiros reais e sessenta e dois centavos), o que representa 0,5% do total de recursos utilizados pelos estados (Quadro VIII).

Além da avaliação rotineira dos laudos emitidos pelos laboratórios da rede FAE, iniciou-se, neste ano, a revisão do Manual Técnico Administrativo Operacional de Controle de Qualidade, que deverá ser concluída em meados de 1994.

Visando adequar as atividades de controle de qualidade ao novo procedimento administrativo do PNAE, ou seja a descentralização para Estados e Municípios, foram desencadeadas diversas ações com a finalidade de assegurar a qualidade dos produtos a serem adquiridos por essas instâncias administrativas:

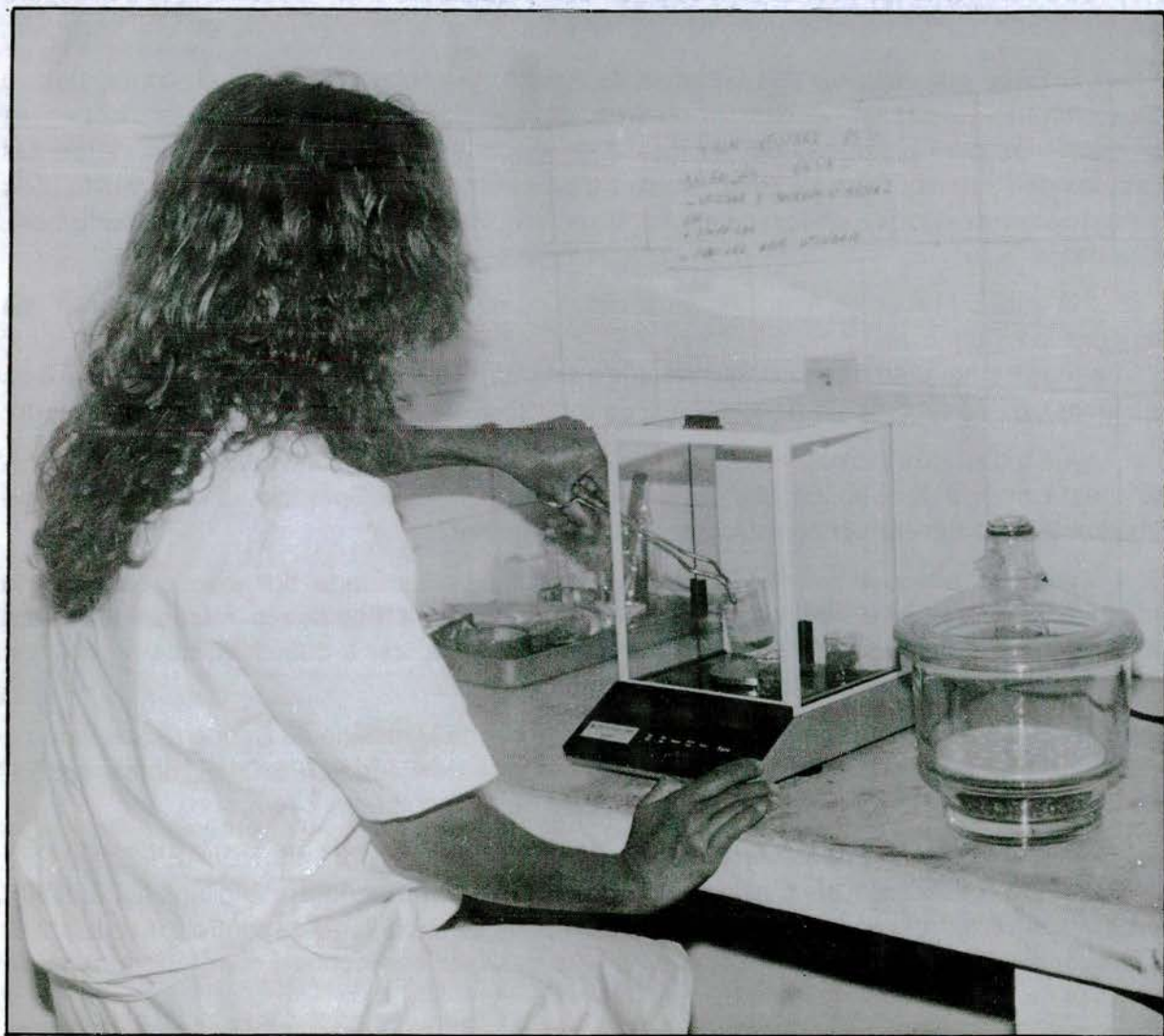
- Reuniões preliminares com representantes do Ministério da Saúde (Secretaria de Vigilância Sanitária) e da Organização Panamericana de Saúde-OPS/OMS, objetivando a realização de treinamentos aos executores locais do Programa;

- Participação de 04 técnicos da FAE (02 da DAAN, 01 da REFAE/PE e 01 do Laboratório credenciado em Pernambuco) no curso Capacitação em Vigilância Sanitária, realizado em Recife, com vistas ao conhecimento de uma metodologia de controle de qualidade que possa ser utilizada pelas instâncias executoras que não contam com laboratórios de análises de alimentos; e

- Assessoria por parte dos Laboratórios da rede FAE aos Estados e Municípios no planejamento e procedimento das compras descentralizadas.

A adoção de uma metodologia de simples aplicação, de baixo custo e de eficácia comprovada, tornou-se hoje a meta adotada para o controle de qualidade dos alimentos adquiridos para a clientela escolar.

No exercício de 1994, a Fundação de Assistência ao Estudante vem prestando o necessário assessoramento técnico para a formação dos Núcleos de Controle de Qualidade locais com a participação dos diversos setores da administração do Município (educação, saúde, agricultura e abastecimento, etc.). Até agosto/94 já haviam sido constituídos 33 (trinta e três) Núcleos.



SUPERVISÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Fundamentada na premissa de que a supervisão é um dos mecanismos necessários para a avaliação do Programa, e contribui de maneira significativa para a viabilização, consolidação e até mesmo para o redirecionamento das ações ligadas aos órgãos envolvidos diretamente no Programa Nacional de Alimentação Escolar, a Diretoria de Apoio Alimentar e Nutricional promoveu em dezembro de 1993, supervisões a cinco Estados da Federação.

As supervisões, instrumentos propulsores à integração intersetorial dos órgãos das esferas federal, estadual e municipal, nesta instância definiram a amostragem por regiões geográficas, as quais abrangeram três Capitais e sete Municípios que aderiram à descentralização, duas Capitais e quatro Municípios que permaneceram sendo atendidos pelo Estado e 44 escolas dentre municipais, estaduais e filantrópicas.

As ações utilizadas na operacionalização do Programa pelos Estados e Municípios verificadas "in loco", mostraram que as dificuldades e dúvidas quanto a adoção de procedimentos relativos à aquisição de alimentos, controle de qualidade e prestações de contas, foram pontos abordados com incidência maior durante os trabalhos das supervisões que geraram discussões conjuntas entre os técnicos da FAE, responsáveis pela supervisão àquela região e os executores das localidades.

As dificuldades consideradas como entraves ao processo de aquisição são distintas entre os municípios, devido às peculiaridades de cada localidade. No entanto, são inerentes à implantação da descentralização e podem ser sanadas com a experiência, a medida que se avança o processo, buscando alternativas dentro da perspectiva particular de cada Município.

Das 44 escolas visitadas, 34 (77%) estavam vinculadas ao programa Estadual de Alimentação Escolar e 10 (23%) aos Municípios que aderiram à descentralização.

Todas as escolas atendidas pelos Municípios que aderiram à descentralização possuíam estoques de alimentos em suas unidades.

Nestas escolas os depoimentos dos diretores e alunos atestaram a melhoria da qualidade e variedade dos alimentos recebidos, refletindo positivamente na aceitabilidade das refeições.

Do total de escolas atendidas pelos Estados, 33% (11) estavam desabastecidas ou não possuíam alimentos suficientes para a confecção dos cardápios.

A inclusão de alimentos perecíveis, propiciando variação do cardápio oferecido aos alunos, os quais na grande maioria não tem acesso em suas residências, poderá gerar resultados positivos no estado nutricional das crianças, o que conseqüentemente permitirá um melhor aproveitamento escolar.

Demonstrando que a descentralização pode refletir positivamente na economia local, embora o processo ainda seja incipiente, foi verificado em alguns Municípios o apoio a pequenos e médios produtores rurais de hortifrutigranjeiros, através de orientações e assessoria técnica, além da aquisição dos gêneros alimentícios por eles produzidos.

Em outro Município pôde ser observado que a autonomia dos executores locais para definirem os alimentos que irão compor os cardápios, gerou a aquisição de produtos de fabricação caseira, contribuindo para a inserção de famílias no mercado de trabalho.

Diante do saldo de resultados obtidos e as experiências com a descentralização dos recursos, vista na base do sistema educacional, as supervisões apresentaram com transparência e nitidez que as ações que vêm sendo adotadas na operacionalização do Programa, indiscutivelmente, após terem sido levadas ao conhecimento central, propiciaram maior capacitação para o devido assessoramento aos Municípios que aderirem à descentralização do Programa, no ano de 1994.

Passado um ano do início da descentralização para os municípios, faz-se necessário estabelecer mecanismos de avaliação contínuos. Neste sentido a Fundação de Assistência ao Estudante vem desenvolvendo projetos objetivando: criação de um banco de dados para acompanhamento das ações desenvolvidas nos Municípios; a avaliação da qualidade do atendimento e; avaliação das consequências da descentralização para a economia local.

Estes projetos trarão informações precisas e de importância para verificar se os objetivos da descentralização foram alcançados e caso seja detectada alguma dificuldade no desenvolvimento do Programa, sinalizar as medidas a serem adotadas para a viabilização do processo.

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Dentre as medidas administrativas adotadas a partir da decisão de descentralizar o Programa Nacional de Alimentação Escolar, a rescisão do convênio com a CONAB pode ser considerada a mais significativa, em função dos procedimentos até então adotados.

O convênio FAE/CONAB tinha como objetivo delegar competência à CONAB para atuar como Agente de Compras na aquisição de alimentos para o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Coube a FAE a iniciativa de rescindir o convênio e solicitar a regularização das prestações de contas inclusive em relação as pendências que datavam de 1989.

Avaliação das Aquisições efetuadas pelas Secretarias Estaduais de Educação e Prefeituras Municipais das Capitais

A implantação do Programa de Descentralização da Alimentação Escolar, cujos repasses de recursos foram iniciados em 1.992 (nov/dez) às Secretarias Estaduais de Educação, dando continuidade no ano de 1.993, com a inclusão das Prefeituras Municipais das Capitais e posteriormente aos Municípios com população acima de 50.000 habitantes que manifestaram interesse em aderir ao Programa, trouxe consigo a necessidade de adequação de um novo sistema de avaliação das compras dos produtos destinados à alimentação escolar.

O abastecimento ao Programa, até então efetuado através das compras realizadas nos Estados pela Companhia Nacional de Abastecimento, passou nesse momento, a ser administrado e gerenciado diretamente pelo órgão executor do Programa.

Além da necessidade de implantar estruturas de compras de gêneros alimentícios para atendimento da alimentação escolar, com a introdução da Lei 8.666, em junho de 1.993, em substituição ao Decreto Lei 2.300/86, as Secretarias Estaduais de Educação tiveram que adequar às novas normas de licitação todos os procedimentos de compra.

Tais adaptações demandaram tempo, acarretando, em alguns Estados, atrasos na utilização dos recursos, mas que não chegaram a prejudicar o Programa, tendo em vista que o mesmo foi suprido com recursos financeiros provenientes dos governos estaduais.

Como previsto nos convênios firmados entre as Secretarias e Prefeituras com a FAE/MEC, caberia à FAE, repassadora dos recursos financeiros, acompanhar e avaliar a execução do objetivo proposto no convênio.

A princípio deparou-se com dificuldades em relação à difinição dos dados que seriam importantes para se obter uma avaliação do desempenho do Programa, bem como definir qualitativa e quantitativamente o atingimento dos objetivos estabelecidos no convênio.

Outro fator que foi considerado como entrave para o desenvolvimento das ações relacionadas à avaliação dos relatórios foi a insuficiência de técnicos disponíveis para efetuar tais atividades.

A atividade desempenhada durante o ano de 1.993 ficou concentrada no acompanhamento e avaliação dos resultados das compras realizadas pelas Secretarias Estaduais de Educação e Prefeituras Municipais das Capitais, através dos Mapas de Resultados de Compras e dos Relatórios de Execução Físico-Financeira (Anexo III - IN 02), encaminhados pelos executores.

A partir dessas informações foram registrados a relação dos produtos e as quantidades adquiridas, os preços e datas de aquisição.

E a partir desses registros procede-se uma análise técnica com a emissão de parecer com relação aos preços praticados, se estão compatíveis com os pesquisados no mercado, ou os de aquisições anteriores; aos prazos de aquisição, verifica-se o período entre a liberação dos recursos financeiros pela FAE e a efetivação da licitação pelo executor; verifica-se, ainda, o percentual de atendimento realizado, ou seja, o número de alunos atendidos, número de refeições servidas e dias de atendimento comparados ao previsto.

Como resultado dessas análises verificaram-se casos de produtos comprados a preços superiores ao de pesquisas de mercado.

Estas irregularidades foram comunicadas ao Departamento Financeiro da FAE, que adotou as providências, junto aos convenientes, para o ressarcimento ao Programa dos valores atualizados monetariamente.

Coube, também, à área acompanhar e orientar as Secretarias e Municípios sobre os procedimentos licitatórios preliminares. Para tanto foi elaborado um documento, para ser utilizado como consulta, com o objetivo de auxiliar os órgãos estaduais e municipais encarregados de processar as compras de produtos básicos e perecíveis destinados ao atendimento do Programa.

A descentralização dos recursos financeiros possibilitou às Secretarias Estaduais de Educação e Prefeituras das Capitais a ampliação da relação dos produtos adquiridos, propiciando, dessa forma, a introdução de novos cardápios e uma maior variedade.

Comparado ao ano de 1992, que contava com uma relação de 30 produtos, o ano de 1.993 teve uma relação de produtos acrescida de 113% (Secretarias) e 217% (Municípios). Em 1994 a variação em relação a 1993 apresentou um acréscimo de 107% para os Municípios. Em números absolutos as variações de alimentos demonstram a aquisição de até 195 tipos de produtos.

Em relação ao acompanhamento das compras realizadas pela Prefeitura das Capitais foi elaborado um sistema de avaliação preliminar que possibilitou a partir das informações de produtos, preços número de alunos e refeições servidas, constantes dos relatórios das Prefeituras, o cálculo do custo médio per capita do Programa.

A análise que considerou uma quantidade de 100 g de alimentos per capita/dia, demonstrou que das 18 capitais analisadas, 15 (83%) tiveram seus custos abaixo do custo médio estabelecido pela FAE, de US\$ 0,13, e apenas 03 (17%) tiveram custos superiores.

Pode-se observar que os 15 municípios que apresentaram custos de refeições mais baixos, trabalharam com uma maior variedade de alimentos de produção local, e principalmente de hortifrutigranjeiros.

No caso dos municípios onde os custos se apresentaram superiores, a pauta de alimentos limitou-se ao uso de produtos básicos e enlatados, até então adotados no modelo centralizado.

Como aperfeiçoamento do sistema de acompanhamento de compras, as avaliações de 1.994 irão incluir análise dos valores nutricionais das refeições servidas, bem como possibilitarão medir o impacto da maior utilização dos alimentos hortifrutigranjeiros e de produção local no volume total de alimentos oferecidos à criança e no custo final do Programa.

Acompanhamento e Conclusão de Processos Administrativos de Desvio de Alimentos

O ano de 1993 foi marcado pela postura de resolução de pendências de processos administrativos que resultaram no ressarcimento ao PNAE dos recursos desviados, em gêneros alimentícios.

O Quadro IX, apresenta os processos que ainda estão em andamento e as providências adotadas pela DAAN no sentido de garantir o ressarcimento dos desvios e perdas de alimentos ocorridas no desenvolvimento do Programa.

Auditoria Operacional nos Programas de Suplementação Alimentar realizada pelo Tribunal de Contas da União

A Auditoria Operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União em 1993 resultou na Decisão nº 310 adotada na Sessão Plenária do T.C.U. de 21/07/93, cujas determinações relativas aos procedimentos a serem adotados pela FAE foram acatadas e repassadas aos estados e municípios para serem seguidas.

Quanto às pendências contidas na letra "g" do item 8.1, cabe relatar as providências adotadas pela DAAN.

I – Deterioração de 4.556 Kg de alimentos no Município de Antonio Cardoso/ Bahia

Foi encaminhada correspondência à Secretaria Estadual de Educação da Bahia solicitando o ressarcimento ao Programa, atualizando os preços dos alimentos deteriorados, convertendo em UFIRs e acrescentando juros de 1% ao mês.

Este ressarcimento, conforme decisão da FAE, deverá ser em gêneros alimentícios de consumo habitual na alimentação escolar.

A DAAN aguarda posicionamento da SEDUC para a finalização do Processo.

II – Deterioração de 3.873 Kg de alimentos em São José do Rio Preto/SP

Em agosto de 1993 foi constituída na FAE uma Comissão de Processo Administrativo para apurar as responsabilidades sobre a perda de alimentos no referido Município, cujo parecer final definiu pelo ressarcimento pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo ao Programa.

Em outubro do mesmo ano foi encaminhada correspondência ao Senhor Secretário de Educação, solicitando o ressarcimento nos mesmos moldes do ofício encaminhado à SEDUC/BA, citado anteriormente.

A DAAN aguarda a documentação comprobatória da reposição para finalizar o Processo.

III – Deterioração de 90.564 kg de alimentos armazenados em Maracanaú/CE

Deste total, 34 toneladas de alimentos, apesar de expirado o prazo de validade, foram distribuídas após terem sido realizadas análises laboratoriais aprovando-os para consumo, não havendo, neste caso, perdas de alimentos.

As demais 56,5 toneladas referiram-se ao feijão doado pelo Programa Mundial de Alimentos, condenado para consumo humano e animal pela Secretaria Estadual de Agricultura e Reforma Agrária do Ceará e pelo Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Ceará.

O produto foi na sua totalidade destinado a adubo, sendo vendido através de licitação pública pela CONAB. Os recursos auferidos com essa transação foram depositados na conta do PMA/FAE - Fundos Especiais para serem oportunamente utilizados no atendimento à clientela do PNAE.

Tendo em vista o ocorrido e na busca de soluções para evitar perdas de alimentos desta natureza, a FAE/DAAN estabeleceu as seguintes estratégias com o PMA:

Conhecer previamente os tipos e quantitativos dos alimentos que serão doados;

Programar um cronograma de distribuição de acordo com os estoques existentes nos Estados atendidos; e

Conceder ou emprestar os alimentos a outros projetos sociais a exemplo do já ocorrido no Projeto de Frentes de Trabalho, da Secretaria de Planejamento do Ceará no ano de 1993, quando os estoques estiverem muito altos.

RECURSOS HUMANOS

No início do ano de 1993 o total de servidores lotados na Diretoria de Apoio Alimentar e Nutricional-DAAN era de 39 técnicos, entre nível superior e médio.

Ao longo do ano ocorreram afastamentos, por motivos de aposentadoria, pedidos de remoção e outros de 12 técnicos.

Foram recebidos na DAAN por redistribuição de outros Órgãos Federais e por remoção interna, 6 técnicos.

Assim, ao final do ano a Diretoria sofreu uma redução de 15% no seu corpo técnico, que procurou amenizar através de nomeações para cargos comissionados de três técnicos convidados.

Esta redução do quadro de servidores da Diretoria, foi ao longo do ano apontada como uma das grandes dificuldades encontradas em função das novas atribuições que a DAAN assumia com a descentralização, que gerou uma maior demanda de trabalho técnico e operacional.

Atualmente a Diretoria de Apoio Alimentar e Nutricional conta com 37 técnicos entre nível médio e superior e convidados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

AFAE definiu como estratégia para o pleno desenvolvimento do PNAE a descentralização dos recursos financeiros e conseqüentemente da gestão administrativa do Programa para Estados e Municípios.

Esta decisão gerou no âmbito da DAAN diversos procedimentos para a adequação da Instituição a essa nova realidade administrativa.

Apesar dos objetivos terem enfrentado diversas dificuldades, no que se concerne a equipamentos, infra-estrutura física e recursos humanos, o resultado final foi positivo. A receptividade e a adesão ao Programa de descentralização, por cerca de 300 municípios já no segundo semestre de 1993, é uma demonstração do êxito.

Os procedimentos de Avaliação e Acompanhamento do desenvolvimento do Programa não foram implantados em 1993 devido à necessidade de se atender prioritariamente a demanda de adesões ao Programa pelos Municípios.

As supervisões a cinco Estados, nas diferentes regiões brasileiras, foram as primeiras diretrizes adotadas para o estabelecimento de mecanismos de avaliação que aferissem resultados do processo de descentralização do Programa de Alimentação Escolar.

Diante do somatório de resultados que compuseram o exercício de 1993, através deste relatório, registram-se as ações as quais requerem continuidade em sua implementação, assim como o redirecionamento de outras, no planejamento de 1994, nos níveis que se sugere em seguida:

1 – NO NÍVEL DA DIRETORIA DE APOIO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

- continuidade da política e diretrizes básicas da descentralização da Alimentação Escolar, com a efetiva participação dos Estados e Municípios, segmentos executores do Programa;
 - assessoramento às Secretarias Estaduais de Educação e Prefeituras Municipais na implementação da descentralização e novas gestões do programa de Alimentação Escolar;
 - promoção e reavaliação do Programa através de supervisões, encontros ou seminários;
 - distribuição eqüitativa dos recursos financeiros aos Estados e Municípios; e
 - apoio aos Estados e Municípios para que as ações desenvolvidas no PNAE possam assegurar a qualidade dos alimentos adquiridos.
- ### – NO NÍVEL DE CONTROLE DE QUALIDADE
- realização de encontros e cursos para o pessoal técnico da rede conveniada;
 - informatização dos manuais técnicos;
 - interligação em rede, via computadores, de todos os laboratórios contratados pela FAE;
 - credenciamento da Secretaria de Estado de Saúde, no Estado de Roraima; e

- implantação do Controle de Qualidade dos Alimentos na alimentação escolar, a nível de Município.
- NO NÍVEL DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
 - implementação de mecanismos de avaliação com a intensificação da cooperação técnica;
 - implementação de sistemáticas simplificadas e operacionais de acompanhamento do Programa;
 - supervisões técnicas e redirecionamento das ações que estiverem em desarmonia com a política de descentralização do Programa de Alimentação Escolar;

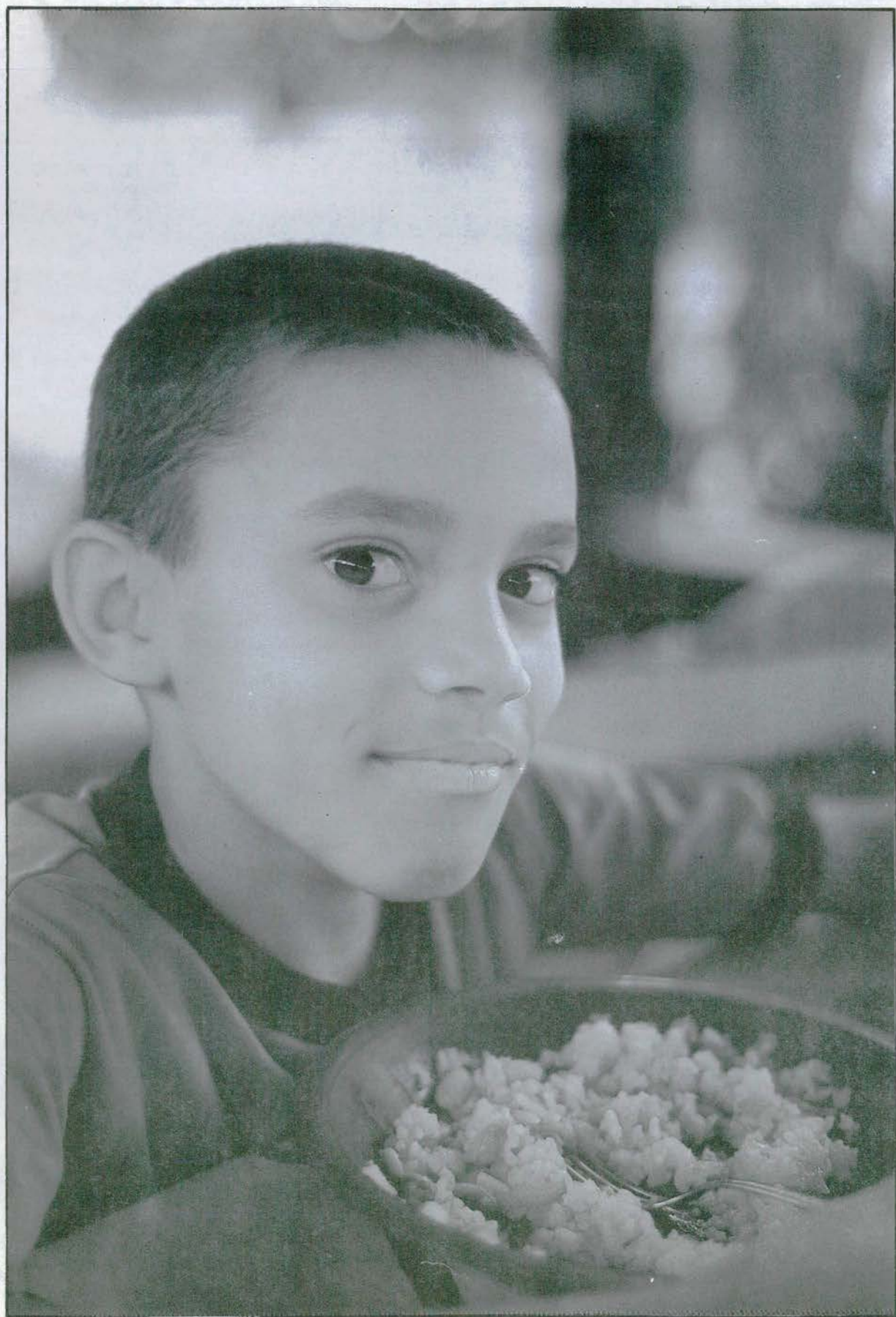
2 - NO NÍVEL DAS REPRESENTAÇÕES DA FAE

- assessoramento técnico direto aos municípios interessados em aderir ao Programa de Descentralização;
- continuidade na orientação aos municípios de modo que haja a articulação interinstitucional e intersetorial, nos diferentes segmentos envolvidos, na comunidade;
- identificação dos pontos de estrangulamento do Programa, mecanismo de redirecionamento das ações a nível central; e
- melhor dimensionamento das REFAEs tanto em recursos humanos como em material e capacitação técnica visando atingir o elenco de objetivos acima explicitados.

RELAÇÃO NOMINAL DOS SERVIDORES DIRETORIA DE APOIO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

1994

Adilson Figueiredo da Silva
Adilson Ivo Batista de Souza
Agostinho Afonso de Miranda
Aldinho Suassuna Teles
Aline Botelho Chaves
Ana Beatriz P. de A. Vasconcellos
Antônia Maria de Aquino
Antonio Brito
Cassia Augusta Amaral Buani
Claudius Vinicius de Abreu Malta
Cleber Ferreira dos Santos
Djailson Dantas de Medeiros
Elisabete Gonçalves Dutra
Eulália Pereira M. Lourenço
Evelyn Neyla de M. dos Santos
Hoeck Áureo Souza Miranda
Isaura Denise Peetz Prado
João Eudes Lopes
José Maria Viana
Jurema de Oliveira Benjamim
Kátia Regina Mazzaro Almeida
Lindalva Cunha Rocha
Luzia Gomes Ferreira
Márcia Cristina S. da Silva
Márcia M. Campos de F. Lucas
Marcos Lima da Silva
Maria Edith Rollemberg Lacerda
Maria de Fátima Pereira
Maria do Socorro V. Carvalho
Maria Elza da S. A. Santos
Maria M. Garcez Oliveira
Maria Tereza Guedes
Neuma Brasil Duarte
Patricia Queiroz Aucélio
Reginalice Maria da G. B. Saab
Sílvio Alves Portilho
Teresa Lúcia de Toledo Sales



ANEXO I

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE - FAE

Portaria Nº 044 de 28 de janeiro de 1993

O Presidente da Fundação de Assistência ao Estudante - FAE, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

I – Constituir Grupo de Trabalho com a finalidade de apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias, as diretrizes e estratégias para a implantação da descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

II – Designar os servidores abaixo relacionados para comporem o referido grupo de trabalho.

- MARIA DO SOCORRO VILAR DE CARVALHO
Matrícula nº 0008271
Coordenadora
- LÊDA DAL MAGRO DE MENEZES
Matrícula nº 0006511
Secretária
- ANA BEATRIZ PINTO DE ALMEIDA VASCONCELOS
Matrícula nº 007402
- CARMEM LAURA DE A. TEIXEIRA
Matrícula nº 0001901
- CLEBER FERREIRA DOS SANTOS
Matrícula nº 0005612
- LEOPOLDO JORGE ALVES JÚNIOR
Matrícula nº 0004926
- MARIA ELZA DA SILVA
Matrícula nº 0006333
- MARTA MARIA DE ALENCAR PARENTE
Matrícula nº 0009391

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

IVERALDO LUCENA DA COSTA
Presidente



Diário Oficial

IMPrensa Nacional

BRASÍLIA-DF

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO CXXXII - Nº 132

QUARTA-FEIRA, 13 DE JULHO DE 1994

PREÇO: R\$ 0,55

LEI Nº 8.913, DE 12 DE JULHO DE 1994 (*)

Dispõe sobre a descentralização
da merenda escolar.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional
decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os recursos consignados no orçamento da União, destinados a programas de alimentação escolar em estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino fundamental, serão repassados, em parcelas mensais, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 1º O montante dos recursos repassados a cada Estado, ao Distrito Federal e a cada Município será diretamente proporcional ao número de matrículas nos sistemas de ensino por eles mantidas.

§ 2º Os recursos destinados a programas de alimentação escolar em estabelecimentos mantidos pela União poderão ser administrados pelos municípios em que esses estabelecimentos se encontram localizados.

Art. 2º Os recursos só serão repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que tenham, em funcionamento, Conselhos de Alimentação Escolar, constituídos por representantes do órgão de administração da educação pública, dos professores, dos pais e alunos, de trabalhadores, podendo também incluir representantes de outros segmentos da sociedade local.

Art. 3º Cabe ao Conselho de Alimentação Escolar, entre outras, a fiscalização e

o controle da aplicação dos recursos destinados à merenda escolar, e a elaboração de seu Regimento Interno.

Art. 4º A elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados e Municípios, através de nutricionista capacitado, será desenvolvida em acordo com o Conselho de Alimentação Escolar, e respeitará os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e a preferência pelos produtos *in natura*.

Art. 5º Na aquisição de insumos, serão priorizados os produtos de cada região, visando a redução dos custos.

Art. 6º A União e os Estados prestarão assistência técnica aos Municípios, em especial na área da pesquisa em alimentação e nutrição, elaboração de cardápios e na execução de programas relativos à aplicação de recursos de que trata esta Lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de julho de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

ITAMAR FRANCO

*Rubens Ricupero**Antonio José Barbosa*

* Republicada por ter saído com incorreção no Diário Oficial da União de 13 de julho de 1994. (Mensagem nº 18/94, da Câmara dos Deputados).

Anexo III

RELAÇÃO NOMINAL DOS MUNICÍPIOS QUE ADERIRAM A DESCENTRALIZAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM 1994

ACRE

Cruzeiro do Sul
Feijó
Plácido de Castro
Rio Branco
Senador Guimard

ALAGOAS

Arapiraca
Atalaia
Barra de São Miguel
Belém
Campo Alegre
Colônia Leopoldina
Coruripe
Estrela de Alagoas
Feira Grande
Fleixeiros
Girau do Ponciano
Jundiá
Lagoa da Canoa
Maceió
Mar Vermelho
Maravilha
Marechal Deodoro
Matriz de Camaragipe
Murici
Olho D'Água Grande
Pão de Açúcar
Penedo
Quebrângulo
São Brás
São José da Tapera
São Luís do Quitunde
São Miguel dos Campos
São Miguel dos Milagres
Satuba
Taguarana
Teotônio Vilela
União dos Palmares
Viçosa

AMAZONAS

Boa Vista dos Ramos
Carauari
Coari
Fonte Boa
Guajará
Ipixuna
Manaus
Maués
Parintins

AMAPÁ

Amapá
Mazagão
Santana
Tartarugalzinho

BAHIA

Aiquara
Apuarema
Baianópolis
Baixa Grande
Barra do Choça
Barra do Rocha
Barreiras
Bom Jesus da Lapa
Bom Jesus da Serra
Bonito
Caetité
Canápolis
Cipó
Conceição da Feira
Conceição do Almeida
Coração de Maria
Correntina
Cruz das Almas
Eunápolis
Feira da Mata
Guaratinga
Ibicoara

Ibirapuã
Ibotirama
Ichu
Irará
Itagibá
Itaju do Colônia
Itanhém
Itapé
Itapetinga
Ituaçu
Ituberá
Jacaraci
Jacobina
Jequié
Juazeiro
Jussari
Mairi
Malhada de Pedras
Mundo Novo
Muquém de São Francisco
Nazaré
Nova Redenção
Olindina
Paratinga
Pindaí
Pintadas
Planaltino
Planalto
Presidente Dutra
Rui Barbosa
Santana
São Félix do Coribe
São Gabriel
Serrinha
Serrolândia
Tanquinho
Vereda
Vitória da Conquista

CEARÁ

Abaiara
Acarau
Acopiara
Aiuaba
Alcântaras
Alto Santo
Amontada
Antonina do Norte
Apuiarés
Aracati
Aracoiaba

Araripe
Arneiroz
Baixio
Barbalha
Barreira
Barro
Baturité
Beberibe
Bela Cruz
Brejo Santo
Camocim
Campos Sales
Canindé
Capistrano
Cariré
Cariús
Carnaubal
Cascavel
Catarina
Catunda
Caucaia
Cedro
Chaval
Choró
Chorazinho
Coreaú
Crato
Cruz
Deputado Irapuan Pinheiro
Eusébio
Farias Brito
Forquilha
Fortim
Frecheirinha
General Sampaio
Graça
Granjeiro
Groaíras
Guaiúba
Guaraciaba do Norte
Guaramiranga
Hidrolândia
Horizonte
Ibicuitinga
Icapui
Icó
Iguatu
Ipaumirim
Ipueiras
Iracema
Itaiçaba
Itaitinga

Itapagé
Itapipoca
Itapiúna
Jaguaribara
Jaguaribe
Jaguaruana
Jardim
Jati
Jijoca de Jericoacoara
Juazeiro do Norte
Jucás
Lavras da Mangabeira
Limoeiro do Norte
Maranguape
Marco
Martinópolis
Mauriti
Meruoca
Milagres
Miraíma
Missão Velha
Morada Nova
Moraújo
Morrinhos
Nova Russas
Ocara
Pacajus
Pacatuba
Pacoti
Pacujá
Palhano
Palmácia
Paraipaba
Paramoti
Pedra Branca
Pentecoste
Pindoretama
Poranga
Porteiras
Potiretama
Quiterianópolis
Quixadá
Quixeramobim
Redenção
Russas
Saboeiro
São Benedito
São Gonçalo do Amarante
São João do Jaguaribe
São Luiz do Curu
Senador Pompeu

Solonópole
Tabuleiro do Norte
Tamboril
Tarrafas
Tauá
Tejuçuoca
Tianguá
Tururu
Umari
Umirim
Uruburetama
Uruoca
Varjota
Várzea Alegre
Viçosa do Ceará

ESPÍRITO SANTO

Afonso Cláudio
Alegre
Aracruz
Baixo Guandu
Colatina
Conceição do Castelo
Domingos Martins
Guaçuí
Guarapari
Ibiraçu
Linhares
Marechal Floriano
Marilândia
Presidente Kennedy
Santa Leopoldina
Santa Teresa
São Mateus
Vitória

GOIÁS

Aparecida de Goiânia
Caldas Novas
Catalão
Goiânia
Itumbiara
Luziânia
Morrinhos
Piracanjuba
Quirinópolis
Senador Canedo

MARANHÃO

Afonso Cunha
Aldeias Altas
Anajatuba
Axixá
Balsas
Bequimão
Cândido Mendes
Cantanhede
Carolina
Caxias
Codó
Coelho Neto
Colinas
Coroatá
Cururupu
Fortuna
Godofredo Viana
Grajaú
Igarapé Grande
Luís Domingues
Matinha
Matões
Montes Altos
Nina Rodrigues
Paço do Lumiar
Palmeirândia
Paraibano
Pastos Bons
Pedreiras
Pinheiro
Pio XII
Pirapemas
Riachão
Rosário
Sambaíba
Santa Helena
São Benedito do Rio Preto
São João dos Patos
São Luís
São Mateus do Maranhão
São Raimundo das Mangabeiras
Sítio Novo
Timon
Tuntum
Turiaçu
Tutóia
Viana
Vitorino Freire

MINAS GERAIS

Abadia dos Dourados
Água Comprida
Águas Formosas
Além Paraíba
Alterosa
Andrelândia
Antônio Dias
Araguari
Araxá
Belo Horizonte
Belo Oriente
Belo Vale
Betim
Bom Despacho
Bonfim
Botelhos
Buritis
Cabo Verde
Cachoeira de Minas
Caetanópolis
Caldas
Campos Altos
Caparaó
Carai
Carangola
Careagu
Carmo da Mata
Cataguases
Coimbra
Conceição das Alagoas
Congonhas
Conselheiro Lafaiete
Contagem
Córrego Danta
Cristina
Curvelo
Datas
Desterro de Entre Rios
Desterro do Melo
Dionísio
Divinópolis
Estrela Dalva
Estrela do Indaiá
Eugenópolis
Formiga
Fortuna de Minas
Funilândia
Governador Valadares
Guapé
Ibirité

Indianópolis
Inhaúma
Ipaba
Itabira
Itabirito
Itacarambi
Itajubá
Itanhandu
Itaú de Minas
Iturama
Janaúba
Januária
Jequeri
Jequitinhonha
João Pinheiro
Juiz de Fora
Lagoa da Prata
Lavras
Leandro Ferreira
Leopoldina
Lima Duarte
Luz
Maria da Fé
Maripá de Minas
Martinho Campos
Matipó
Matutina
Medeiros
Minduri
Moeda
Monte Carmelo
Montes Claros
Morro do Pilar
Muriaé
Muzambinho
Nova Ponte
Oliveira
Onça de Pitangui
Ouro Branco
Ouro Preto
Palma
Pará de Minas
Paracatu
Passabém
Passos
Patos de Minas
Patrocínio
Patrocínio do Muriaé
Perdizes
Perdões
Piedade de Ponte Nova

Piracema
Pirapetinga
Piraúba
Poços de Caldas
Porteirinha
Pouso Alegre
Presidente Olegário
Resplendor
Rio Manso
Rio Vermelho
Santa Cruz do Escalvado
Santa Efigênia de Minas
Santa Juliana
Santa Luzia
Santa Maria de Itabira
Santa Rita do Itueto
Santana dos Montes
São Gonçalo do Pará
São José da Varginha
São Pedro da União
São Pedro do Suaçuí
São Sebastião do Paraíso
Senador Cortes
Serra dos Aimorés
Serrânia
Sete Lagoas
Simão Pereira
Teófilo Otoni
Timóteo
Tiros
Tocantins
Três Corações
Três Marias
Tupaciguara
Uberaba
Uberlândia
Vazante
Vespaziano
Viçosa

MATO GROSSO DO SUL

Aral Moreira
Campo Grande
Douradina
Dourados
Fátima do Sul
Iguatemi
Miranda
Sete Quedas

MATO GROSSO

Água Boa
Alta Floresta
Cáceres
Castanheira
Cuiabá
Itaúba
Juara
Lucas do Rio Verde
Marcelândia
Mirassol D'Oeste
Nova Xavantina
Peixoto de Azevedo
Sinop
Sorriso
Tangará da Serra
Tapurah
Várzea Grande
Vila Rica

PARÁ

Altamira
Ananindeua
Bom Jesus do Tocantins
Chaves
Dom Eliseu
Igarapé-Miri
Marabá
Melgaço
Redenção
São Sebastião da Boa Vista
Tucumã
Uruará
Xinguara

PARAÍBA

Alagoa Nova
Areial
Bananeiras
Bayeux
Belém
Bom Sucesso
Borborema
Cabaceiras
Campina Grande
Conceição
Conde
Coremas
Cubati

Cuité
Curral Velho
Emas
Esperança
Gurjão
Ingá
Itaporanga
João Pessoa
Malta
Montadas
Monteiro
Nazarezinho
Nova Floresta
Nova Palmeira
Ouro Velho
Patos
Piancó
Pirpirituba
Pombal
Princesa Isabel
Puxinanã
Santa Cruz
Santa Rita
Santa Teresinha
São João do Tigre
São José da Lagoa Tapada
São José do Bonfim
Serra da Raiz
Souza
Uiraúna

PERNAMBUCO

Alagoinha
Aliança
Arapirina
Arcoverde
Bezerros
Bonito
Cabo de Santo Agostinho
Cabrobó
Caetés
Capoeiras
Catende
Cupira
Feira Nova
Flores
Floresta
Garanhuns
Goiânia
Iati
Igarassu

Itacuruba
Itapetim
Jurema
Lajedo
Machados
Mirandiba
Orobó
Palmerina
Passira
Pesqueira
Petrolina
Pombos
Recife
Riacho das Almas
Salgueiro
Sanharó
Santa Cruz do Capibaribe
Santa Maria da Boa Vista
São Vicente Férrer
Serra Talhada
Sertânia
Surubim
Venturosa
Vicência

PIAUI

Água Branca
Alagoinha do Piauí
Alegrete do Piauí
Aroazes
Barras
Barreiras do Piauí
Barro Duro
Bertolândia
Campinas do Piauí
Cocal
Conceição do Canindé
Corrente
Demerval Lobão
Dom Expedito Lopes
Dom Inocêncio
Elesbão Veloso
Esperantina
Floriano
Francinópolis
Guadalupe
Ipiranga do Piauí
Isaías Coelho
Jaicós
José de Freitas
Lagoa do Barro do Piauí

Luís Correia
Manoel Emídio
Monsenhor Gil
Nazaré do Piauí
Novo Oriente do Piauí
Palmeira do Piauí
Parnaíba
Paulistana
Pedro II
Picos
Pimenteiras
Piripiri
Redenção do Gurgueia
Rio Grande do Piauí
Santa Cruz dos Milagres
Santo Antônio de Lisboa
São Francisco do Piauí
São João da Canabrava
São João da Serra
São Julião
São Miguel do Tapuio
São Raimundo Nonato
Sigefredo Pacheco
Simplicio Mendes
Teresina
Valença do Piauí
Várzea Branca

PARANÁ

Almirante Tamandaré
Altamira do Paraná
Alto Paraná
Alto Piquiri
Altônia
Alvorada do Sul
Amaporá
Ampére
Anahy
Apucarana
Arapongas
Arapoti
Araucária
Assis Chateaubriand
Astorga
Barbosa Ferraz
Barracão
Boa Vista de Aparecida
Borrazópolis
Cafelândia
Califórnia
Cambé
Campina Grande do Sul

Campo Bonito
Campo Largo
Campo Mourão
Capanema
Cascavel
Catanduvas
Centenário do Sul
Céu Azul
Chopinzinho
Cianorte
Clevelândia
Congonhinhas
Conselheiro Mairinck
Coronel Vivida
Corumbataí do Sul
Cruzeiro do Oeste
Cruzeiro do Sul
Curitiba
Curiúva
Diamante D'Oeste
Diamante do Norte
Doutor Camargo
Enéas Marques
Flor da Serra do Sul
Floraí
Formosa do Oeste
Foz do Iguaçu
Francisco Alves
Grandes Rios
Guairacá
Guapirama
Guaraci
Guarapuava
Ibaití
Ibema
Ibiporã
Iguaraçu
Iretama
Itaguajé
Itaipulândia
Itaperuçu
Ivaiporã
Ivatuba
Jaboti
Jaguapita
Jandaia do Sul
Japurá
Joaquim Távora
Juranda
Kalori
Lapa
Laranjeiras do Sul

Lindoeste
Lobato
Luiziana
Lunardelli
Mamboré
Mandaguari
Mandirituba
Mangueirinha
Manoel Ribas
Marechal Cândido Rondon
Marialva
Marilândia do Sul
Mariluz
Maringá
Maripá
Marmeleiro
Marumbi
Medianeira
Mercedes
Missal
Moreira Sales
Munhoz de Melo
Nossa Senhora das Graças
Nova Londrina
Nova Olímpia
Nova Santa Bárbara
Nova Santa Rosa
Nova Tebas
Ortigueira
Ouro Verde do Oeste
Palmeiras
Palmital
Palotina
Paraíso do Norte
Paranacity
Paranaguá
Paranavaí
Pato Bragado
Pato Branco
Pérola D'Oeste
Piên
Pinhais
Piraí do Sul
Piraguara
Pitanga
Planaltina do Paraná
Planalto
Ponta Grossa
Porto Rico
Pranchita
Quedas do Iguaçu
Querência do Norte

Quitandinha
Rebouças
Renascença
Rio Azul
Rio Negro
Rolândia
Salgado Filho
Salto do Lontra
Santa Fé
Santa Tereza do Oeste
Santo Antônio do Sudoeste
Santo Inácio
São João
São João do Caiuá
São Jorge do Patrocínio
São José da Boa Vista
São José das Palmeiras
São José dos Pinhais
São Mateus do Sul
São Miguel do Iguaçu
São Pedro do Iguaçu
São Tomé
Sapopema
Sarandi
Sertaneja
Siqueira Campos
Sulina
Tamboara
Telêmaco Borba
Terra Rica
Toledo
Tomazina
Tupassi
Umuarama
Xambre

RIO DE JANEIRO

Araruama
Barra Mansa
Bom Jesus de Itabapoana
Cambuci
Carmo
Casimiro de Abreu
Conceição de Macabu
Itaborá
Itaguái
Itatiaia
Laje do Muriaé
Magé
Natividade

Nova Friburgo
Paracambi
Petrópolis
Piraí
Porciúncula
Resende
Rio Bonito
Rio Claro
Rio das Flores
Santo Antônio de Pádua
São José do Vale do Rio Preto
São Pedro da Aldeia
Silva Jardim
Teresópolis
Varre-Sai

RIO GRANDE DO NORTE

Afonso Bezerra
Caicó
Ceará-Mirim
Frutuoso Gomes
Ipueira
Lajes
Luís Gomes
Macaíba
Messias Targino
Mossoró
Natal
Nova Cruz
Parnamirim
Poço Branco
Santa Cruz
Santo Antônio
São João do Sabugi
Taipu

RONDÔNIA

Alvorada D'Oeste
Ariquemes
Cabixi
Cacaulândia
Cacoal
Cerejeiras
Colorado do Oeste
Guajará Mirim
Monte Negro
Porto Velho
Presidente Médici
Rolim de Moura
Vilhena

RORAIMA

Boa Vista

RIO GRANDE DO SUL

Água Santa
Agudo
Ajuricaba
Alecim
Alegrete
Alegria
Alpestre
Amaral Ferrador
Ametista do Sul
Anta Gorda
Aratiba
Arroio do Meio
Arroio do Tigre
Arroio dos Ratos
Arroio Grande
Augusto Pestana
Barão de Cotegipe
Barra do Guarita
Barra do Rio Azul
Bento Gonçalves
Boa Vista das Missões
Boa Vista do Buricá
Bom Jesus
Bom Retiro do Sul
Boqueirão do Leão
Bossoroca
Braga
Butiá
Caçapava do Sul
Cachoeira do Sul
Caibaté
Caiçara
Cambará do Sul
Campina das Missões
Campinas do Sul
Campo Bom
Campo Novo
Candelária
Canela
Canguçu
Canoas
Carazinho
Carlos Barbosa
Caseiros
Catuípe
Caxias do Sul

Cerro Branco
Cerro Grande
Cerro Grande do Sul
Cerro Largo
Chapada
Charqueadas
Ciriaco
Colorado
Condor
Constantina
Coronel Barros
Crissiumal
Cruzeiro do Sul
David Canabarro
Dezesseis de Novembro
Dois Irmãos
Dom Pedrito
Dona Francisca
Doutor Maurício Cardoso
Encantado
Entre-Ijuís
Erebango
Erechim
Erval Seco
Espumoso
Estância Velha
Estrela
Farroupilha
Faxinalzinho
Feliz
Flores da Cunha
Fortaleza dos Valos
Frederico Westphalen
Gaurama
Getúlio Vargas
Glorinha
Gramado
Gramado dos Loureiros
Gramado Xavier
Guabiju
Guaíba
Guaporé
Guarani das Missões
Horizontina
Humaitá
Ibarama
Ibiraiaras
Ibirapuitã
Ijuí
Ilópolis
Imigrante
Independência

Inhacorá
Iraí
Itatiba do Sul
Ivorá
Ivoti
Jaboticaba
Jaguari
Jóia
Lagoão
Lajeado
Liberato Salzano
Machadinho
Maquiné
Maratá
Marau
Mariana Pimentel
Maximiliano de Almeida
Minas do Leão
Miraguaí
Montenegro
Mormaço
Morrinhos do Sul
Morro Reuter
Mostardas
Muçum
Não-Me-Toque
Nonoai
Nova Alvorada
Nova Bréscia
Nova Petrópolis
Nova Prata
Nova Santa Rita
Novo Barreiro
Novo Hamburgo
Novo Tiradentes
Osório
Paim Filho
Palmeira das Missões
Palmitinho
Panambi
Pântano Grande
Parobé
Passo do Sobrado
Passo Fundo
Paverama
Pelotas
Picada Café
Pinhal Grande
Pinheirinho do Vale
Pinheiro Machado
Pirapó

Piratini
Planalto
Pontão
Porto Alegre
Porto Lucena
Progresso
Putinga
Quaraí
Quinze de Novembro
Redentora
Relvado
Rio dos Índios
Rio Grande
Rodeio Bonito
Roque Gonzales
Salto do Jacuí
Salvador do Sul
Santa Clara do Sul
Santa Cruz do Sul
Santa Maria
Santa Maria do Herval
Santa Rosa
Santa Vitória do Palmar
Santana da Boa Vista
Santana do Livramento
Santiago
Santo Ângelo
Santo Antônio da Patrulha
Santo Antônio das Missões
Santo Antônio do Palma
Santo Antônio do Planalto
Santo Augusto
Santo Cristo
São Borja
São Domingos do Sul
São Gabriel
São Jerônimo
São João da Urtiga
São Leopoldo
São Lourenço do Sul
São Luiz Gonzaga
São Marcos
São Miguel das Missões
São Nicolau
São Paulo das Missões
São Pedro da Serra
São Pedro do Butiá
São Sebastião do Caí
São Sepé
São Valentim
São Vicente do Sul

Sapiranga
Sapucaia do Sul
Sarandi
Seberi
Sede Nova
Segredo
Selbach
Sentinela do Sul
Sertão
Sinimbu
Sobradinho
Soledade
Tapejara
Tapera
Taquara
Taquaruçu do Sul
Tavares
Tenente Portela
Terra de Areia
Tiradentes do Sul
Torres
Tramandaí
Travesseiro
Três Cachoeiras
Três Coroas
Três Forquilhas
Três Passos
Triunfo
Tucunduva
Tupanci do Sul
Vale Real
Vanini
Venâncio Aires
Vera Cruz
Veranópolis
Viamão
Vicente Dutra
Victor Graef
Vila Nova do Sul
Vista Alegre
Vitória das Missões

SANTA CATARINA

Agrolândia
Água Doce
Benedito Novo
Blumenau
Bom Jardim da Serra
Braço do Trambudo
Caçador
Camboriú

Catanduvas
Celso Ramos
Chapecó
Coronel Freitas
Criciúma
Curitibanos
Descanso
Dionísio Cerqueira
Florianópolis
Forquilha
Garopaba
Garuva
Guarujá do Sul
Ilhota
Irani
Itapiranga
Ituporanga
Jaraguá do Sul
Joaçaba
Leoberto Leal
Lontras
Maravilha
Mondaí
Nova Veneza
Palhoça
Palma Sola
Passos Maia
Petrolândia
Piçarras
Presidente Getúlio
Presidente Nereu
Quilombo
Rio dos Cedros
Salete
São José do Cedro
São Martinho
Saudades
Sombrio
Taió
Tangará
Timbó Grande
Três Barras
Trombudo Central
Tubarão
Tunápolis
União do Oeste
Urussanga
Vidal Ramos
Vitor Meireles
Xanxerê

SERGIPE

Aracajú
Areia Branca
Boquim
Campo do Brito
Neópolis
Nossa Senhora do Socorro
Pedra Mole
Pedrinhas
Riachuelo
São Domingos
Tomar do Geru

SÃO PAULO

Adamantina
Adolfo
Aguai
Águas de Lindóia
Alambari
Altinópolis
Americana
Américo Brasiliense
Aparecida
Aparecida D'Oeste
Araçatuba
Aracoiaba da Serra
Araraquara
Araras
Areiópolis
Assis
Atibaia
Bariri
Barretos
Batatais
Bebedouro
Bernardino de Campos
Birigui
Bocaína
Boituva
Bom Jesus dos Perdões
Botucatu
Bragança Paulista
Brodósqui
Buritama
Caçapava
Cachoeira Paulista
Caieiras
Cajamar
Cajobi
Cajuru
Campina do Monte Alegre
Campinas
Campo Limpo Paulista

Cândido Rodrigues

Carapicuíba
Catanduva
Cesário Lange
Clementina
Colômbia
Cristais Paulista
Cubatão
Descalvado
Diadema
Dois Córregos
Dolcinópolis
Dracena
Dumont
Estiva Gerbi
Estrela D'Oeste
Fernando Prestes
Fernandópolis
Flórida Paulista
Franca
Franco da Rocha
Garça
Gastão Vidigal
General Salgado
Getulina
Glicério
Guaimbé
Guapiaçu
Guaracáí
Guararapes
Guarulhos
Icém
Ilha Solteira
Indaiatuba
Indiaporã
Iracemápolis
Irapuã
Irapuru
Itapecerica da Serra
Itapetininga
Itapevi
Itapira
Itatiba
Jaborandi
Jaboticabal
Jacareí
Jacupiranga
Jales
Jambeiro
Jarinu
Leme
Lençóis Paulista
Lins
Lorena

Lourdes
Lucélia
Lucianópolis
Macatuba
Macedônia
Magda
Mairiporã
Marinópolis
Matão
Mauá
Mendonça
Miguelópolis
Mira Estrela
Mococa
Moji das Cruzes
Monte Aprazível
Monte Azul Paulista
Monte Castelo
Morro Agudo
Murutinga do Sul
Nhandeara
Nipoã
Nova Aliança
Nova Canaã Paulista
Nova Europa
Nova Granada
Nova Luzitânia
Nova Odessa
Novo Horizonte
Nuporanga
Osasco
Ourinhos
Palmares Paulista
Palmital
Paraíso
Paranapuã
Parisi
Patrocínio Paulista
Pedra Bela
Pedreira
Penápolis
Peruíbe
Piacatú
Piedade
Piraçununga
Pirapora de Bom Jesus
Pitangueiras
Poloni
Populina
Porangaba
Porto Ferreira
Pradópolis
Praia Grande

Presidente Prudente
Queluz
Regente Feijó
Reginópolis
Ribeirão Pires
Ribeirão Preto
Rinópolis
Rio Grande da Serra
Rubinéia
Sales
Sales Oliveira
Salesópolis
Salto
Salto de Pirapora
Santa Bárbara D'Oeste
Santa Fé do Sul
Santa Rita D'Oeste
Santo Anastácio
Santo André
Santo Antônio da Alegria
Santo Antônio da Posse
Santos
São Carlos
São João da Boa Vista
São José da Bela Vista
São José dos Campos
São Paulo
São Pedro do Turvo
São Roque
São Simão
Serra Negra
Sertãozinho
Sorocaba
Suzano
Taquarituba
Turmalina
Ubirajara
União Paulista
Valinhos
Várzea Paulista
Vera Cruz
Vinhedo
Vista Alegre do Alto
Votuporanga

TOCANTINS

Colinas do Tocantins
Divinópolis do Tocantins
Gurupi
Paraíso do Tocantins
Santa Maria do Tocantins

Fundação de Assistência ao Estudante – FAE
Diretoria de Apoio Alimentar e Nutricional – DAAN
Departamento de Desenvolvimento de Programas – DDP
Estimativa Clientela 1992/CIP/CPS/MEC

Quadro I

UF/REGIÃO	PRÉ-ESCOLA	1º GRAU	2º GRAU	FILANTROP.	TOTAL UF
BRASIL	3.108.1133	25.892.810	290.766	1.308.561	30.600.250
NORTE	181.304	2.403.603	121.581	178.425	2.884.913
AC	7.052	89.682	0	10.507	107.241
AM	41.603	467.503	4.122	34.972	548.200
AP	9.340	70.873	0	14.774	94.987
RR	4.282	41.966	0	2.454	48.702
RO	22.181	259.157	0	84.013	365.351
PA	80.571	1.232.538	117.134	28.234	1.458.477
TO	16.275	241.884	325	3.471	261.955
NORDESTE	1.299.336	7.697.921	112.572	472.114	9.581.943
AL	47.513	418.240	5.250	81.009	552.012
BA	164.212	1.932.893	5.275	53.215	2.155.595
CE	497.204	889.530	75.510	24.619	1.486.863
MA	207.971	1.147.566	4.092	207.761	1.567.390
PB	58.628	530.966	4.065	24.841	618.500
PE	117.657	1.369.110	7.857	11.149	1.505.773
PI	88.395	632.143	4.223	30.808	755.569
RN	56.719	459.966	3.680	10.859	531.224
SE	61.037	317.507	2.620	27.853	409.017
SUDESTE	1.152.852	10.107.638	29.535	403.812	11.693.837
ES	61.223	495.899	6.177	16.114	579.413
MG	345.120	2.823.116	12.580	155.461	3.336.277
RJ	109.100	1.462.500	6.439	53.058	1.631.097
SP	637.409	5.326.123	4.339	179.179	6.147.050
SUL	346.093	3.737.258	18.362	178.263	4.279.976
PR	114.352	1.585.441	7.006	65.571	1.772.370
RS	96.481	1.391.299	6.888	68.658	1.563.326
SC	135.260	760.518	4.468	44.034	944.280
CENTRO-OESTE	128.528	1.946.390	8.716	75.947	2.159.581
DF	28.633	252.228	0	9.015	289.876
GO	43.556	838.189	4.356	22.027	908.128
MS	26.752	398.719	0	3.320	428.791
MT	29.587	457.254	4.360	41.585	532.786

Fonte: CIP/CPS/MEC

OBS.: Para o cálculo do 2º Grau e Filantrópica foram utilizadas as mesmas taxas fornecidas pelo CIP/CPS/MEC, com exceção das UF CE/PB/PE/AL/BA/RJ, que foram calculadas com base na taxa média de crescimento vegetativo de 2% no incremento da clientela de 1991.

Arquivo: EDILO4.WKS

Fundação de Assistência ao Estudante – FAE
Diretoria de Apoio Alimentar e Nutricional – DAAN
Departamento de Desenvolvimento de Programas – DDP
Gerência de Ações Descentralizadas

RECURSOS REPASSADOS A SECRETARIAS DE ESTADOS – 1993

Quadro II

UF	1º REPASSE/93	2º REPASSE/93	3º REPASSE/93	4º REPASSE/93	5º REPASSE/93	TOTAL DOS REPASSES
	CR\$	CR\$	CR\$	CR\$	CR\$	CR\$
AC	2.194.150,40	4.388.300,79	6.000.418,04	28.759.221,00	82.631.728,80	123.973.819,03
AL	* 13.176.523,65	26.353.047,31	37.384.923,52	160.322.420,00	516.380.221,80	753.617.136,28
AP	* 1.619.528,01	3.239.056,01	4.358.071,38	25.065.234,00	87.222.025,80	121.503.915,20
AM	9.346.808,02	18.693.616,05	24.416.313,81	137.311.292,00	484.194.952,80	673.962.982,68
BA	44.103.464,37	88.206.928,74	127.504.730,64	606.715.152,00	2.124.579.871,80	2.991.110.147,55
CE	* 35.491.412,30	70.982.824,60	101.134.745,09	428.896.914,00	1.340.570.973,60	1.977.076.869,59
DF	2.965.430,85	5.930.861,71	20.353.758,02	86.410.355,00	318.671.928,00	434.332.333,58
ES	9.878.989,56	19.757.979,12	28.152.777,98	161.919.321,00	581.665.627,80	801.374.695,46
GO	15.483.579,12	30.967.158,25	43.015.228,75	262.382.176,00	853.138.877,40	1.204.987.019,52
MA	32.068.792,62	64.137.585,23	92.203.494,92	440.995.114,00	1.284.314.038,20	1.913.719.024,97
MG	56.883.510,82	113.767.021,63	158.815.174,59	963.464.785,00	2.584.011.688,20	3.876.942.180,24
MT	* 9.083.999,38	18.167.998,76	25.333.527,99	144.370.426,00	491.781.974,40	688.737.926,53
MS	7.310.885,00	14.621.770,01	19.482.325,41	91.247.789,00	303.080.875,20	(435.743.644,62)
PA	24.867.027,59	49.734.055,18	71.415.867,21	420.708.757,00	1.502.756.857,80	2.069.482.564,78
PB	14.763.591,88	29.527.183,75	42.054.879,27	172.769.076,00	568.740.457,80	827.855.188,70
PE	30.808.109,06	61.616.218,13	87.477.909,93	415.987.572,00	1.425.090.947,40	864.810.587,10
PI	* 18.035.428,21	36.070.856,43	50.211.240,06	173.969.060,00	586.524.002,40	864.810.587,10
PR	* 24.175.121,69	611.772.164,53	1.365.461.766,00	–	–	2.001.409.052,22
RJ	16.686.118,78	33.372.237,56	126.746.215,00	331.414.549,92	–	508.219.121,26
RN	12.686.118,78	25.360.628,40	35.391.789,30	124.809.829,00	436.575.009,60	634.817.570,50
RO	6.229.233,23	12.458.466,46	119.492.832,32	296.140.644,00	–	434.321.176,01
RR	830.368,92	1.660.737,85	2.385.017,68	64.305.257,20	–	69.181.381,65
RS	* 21.323.762,13	42.647.524,26	61.744.164,71	443.899.016,00	1.426.388.783,40	1.996.003.250,50
SC	12.879.976,48	25.759.952,95	37.416.730,05	269.137.275,00	374.874.357.432,20	1.219.551.366,68
SE	9.763.233,72	19.526.467,45	26.736.407,70	109.838.015,00	374.759.719,20	540.623.843,07
SP	62.884.308,20	125.768.616,39	165.288.466,30	316.955.121,00	888.699.158,28	1.559.595.670,17
TO	4.466.331,81	8.932.663,61	13.017.490,09	73.425.437,00	244.551.663,00	344.393.585,51
TOTAL	500.000.000,00	1.563.421.921,16	2.892.996.265,76	6.751.219.808,12	19.380.688.814,88	31.088.326.809,92

Arquivo: DJAI.WKS

* – Recursos repassados através da CONAB

Não foram realizados 5 repasses as UFs PR, RJ, RO RR devido a não atendimento da documentação necessária, o que ocasionou atraso na liberação dos recursos.

Usuário: Gerência de Ações Descentralizadas – GERAD
Serviço: Controle de Processos da Descentralização
Rotina: Manutenção das Tramitações dos Processos
Opção: Convênios Efetivamente Pagos (1993)

Quadro III

ANO: 1993 UF: AC		Estado do ACRE	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Cruzeiro do Sul	Munic./Estadual/Filatrópica	18.241	23.085.809,00
Rio Branco	Municipal	7.541	15.559.605,00
TOTAL DA UF: 2		25.782	38.645.414,00

ANO: 1993 UF: AL		Estado do ALAGOAS	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Arapiraca	Municipal	22.359	24.469.689,00
Coruripe	Municipal	7.441	9.417.329,00
Maceió	Municipal	19.580	32.115.360,00
Palmeira dos Índios	Municipal	4.185	4.580.064,00
Penedo	Municipal/Filantropica	4.661	5.100.998,00
Rio Largo	Municipal/Filantropica	10.532	13.329.299,00
TOTAL DA UF: 6		68.758	89.012.739,00

ANO: 1993 UF: AM		Estado do AMAZONAS	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Manaus	Municipal/Filantropica	72.181	112.346.819,00
Parintins	Munic./Estadual/Filantropica	20.863	26.404.212,00
TOTAL DA UF: 2		93.044	138.751.031,00

ANO: 1993 UF: AP		Estado do AMAPÁ	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Macapá	Municipal	8.093	14.001.894,00
Santana	Municipal	3.512	3.843.532,00
TOTAL DA UF: 2		11.605	17.845.426,00

ANO: 1993 UF: BA		Estado do BAHIA	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Barreiras	Municipal/Filantropica	4.857	6.147.019,00
Bom Jesus da Lapa	Municipal/Filantropica	9.823	10.750.291,00
Eunápolis	Municipal/Filantropica	3.964	2.892.134,00
Ipiaú	Municipal/Filantropica	9.923	15.558.548,00
Itabuna	Municipal	14.366	15.722.150,00
Itubera	Municipal/Filantropica	5.326	6.740.585,00
Jacobina	Municipal	9.129	11.553.662,00
Ruy Barbosa	Munic./Estadual/Filantropica	7.580	9.593.248,00
Salvador	Municipal/Filantropica	52.287	89.788.127,00
Vitória da Conquista	Munic./Est./Federal/Filantropica	32.860	35.961.984,00
TOTAL DA UF: 10		150.115	201.707.748,00

ANO: 1993 UF: CE		Estado do CEARÁ	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Acopiara	Munic./Estadual/Filantropica	8.718	11.033.500,00
Aracati	Municipal	10.385	11.365.344,00
Camocim	Municipal/Filantropica	6.591	8.341.569,00
Canindé	Munic./Estadual/Filantropica	9.401	11.897.905,00
Caucaia	Municipal/Filantropica	18.290	23.147.824,00
Crateus	Munic./Estadual/Filantropica	13.822	17.493.123,00
Ico	Munic./Estadual/Filantropica	9.660	12.225.696,00
Iguatu	Munic./Estadual/Filantropica	16.006	17.516.966,00
Itapipoca	Municipal/Filantropica	15.811	17.303.558,00
Juazeiro do Norte	Munic./Estadual/Filantropica	27.480	34.778.688,00
Maranguape	Munic./Estadual/Filantropica	15.498	19.614.268,00
Morada Nova	Munic./Estadual/Filantropica	12.049	13.186.425,00
Quixadá	Municipal	8.846	11.195.497,00
Quixeramobim	Munic./Estadual/Filantropica	14.466	18.308.169,00
Sobral	Munic./Estadual/Filantropica	21.409	21.631.653,00
Tauá	Municipal/Filantropica	9.257	11.715.659,00
TOTAL DA UF: 17		231.088	277.713.618,00

ANO: 1993 UF: ES		Estado do ESPÍRITO SANTO	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Cachoeiro de Itapemirim	Municipal/Filantrópica	9.121	6.654.681,00
Guarapari	Municipal/Filantrópica	5.426	5.938.214,00
Vitória	Municipal	18.085	28.148.574,00
TOTAL DA UF: 3		32.632	40.741.469,00

ANO: 1993 UF: GO		Estado de GOIÁS	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Aparecida de Goiânia	Munic./Estadual/Filantrópica	25.488	32.257.612,00
Goiânia	Municipal	50.463	78.543.627,00
Itumbiara	Munic./Estadual/Filantrópica	17.751	22.465.665,00
Quirinópolis	Munic./Estadual/Filantrópica	9.736	10.655.078,00
Senador Canedo	Munic./Estadual/Filantrópica	4.193	5.306.660,00
TOTAL DA UF: 5		107.631	149.228.642,00

ANO: 1993 UF: MA		Estado do MARANHÃO	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Barra do Corda	Municipal	33.418	36.572.659,00
Caxias	Munic./Estadual/Filantrópica	45.527	57.618.971,00
Chapadinha	Municipal/Filantrópica	13.795	17.458.952,00
Codó	Munic./Estadual	29.313	37.098.532,00
Coelho Neto	Munic./Estadual/Filantrópica	9.282	11.747.299,00
Coroatá	Municipal/Filantrópica	12.244	15.496.006,00
Imperatriz	Munic./Estadual	94.038	119.014.492,00
Paço do Lumiar	Municipal/Filantrópica	6.188	7.831.532,00
Pedreiras	Municipal/Filantrópica	9.021	11.416.977,00
Pinheiro	Municipal/Filantrópica	18.199	19.916.985,00
Santa Inês	Municipal/Filantrópica	12.026	15.220.105,00
São José de Ribamar	Munic./Estadual/Filantrópica	11.586	12.679.718,00
São Luís	Municipal/Filantrópica	41.322	64.316.028,00
Timon	Municipal/Filantrópica	10.870	11.896.128,00
Viana	Munic./Estadual/Filantrópica	16.008	20.259.724,00
TOTAL DA UF: 15		362.837	458.544.108,00

ANO: 1993 UF: MG Estado de MINAS GERAIS			
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Além Paraíba	Munic./Estadual	6.369	8.060.606,00
Araguari	Munic./Filantrópica	1.871	2.367.937,00
Araxá	Munic./Estadual/Filantrópica	14.659	18.552.430,00
Belo Horizonte	Municipal	169.719	185.740.473,00
Betim	Munic./Estadual/Filantrópica	33.245	42.074.872,00
Bom Despacho	Munic./Estadual	8.671	10.974.017,00
Botelhos	Munic./Estadual/Filantrópica	2.901	3.671.505,00
Caratinga	Munic./Estadual/Filantrópica	23.813	26.060.947,00
Cataguases	Munic./Estadual/Filantrópica	12.004	15.192.262,00
Conselheiro Lafaiete	Munic./Estadual/Filantrópica	16.802	21.264.611,00
Contagem	Municipal/Filantrópica	44.621	56.472.337,00
Curvelo	Munic./Estadual/Filantrópica	12.429	13.602.297,00
Divinópolis	Municipal	6.334	6.931.929,00
Formiga	Munic./Estadual/Filantrópica	10.173	11.133.331,00
Governador Valadares	Munic./Est./Federal/Filantrópica	49.948	63.214.188,00
Ibirité	Municipal/Filantrópica	3.760	4.114.944,00
Ipatinga	Munic./Estadual/Filantrópica	49.546	62.705.417,00
Itabira	Munic./Estadual/Filantrópica	16.630	21.046.928,00
Itajubá	Munic./Estadual/Filantrópica	15.564	17.033.241,00
Itatiaiuçu	Munic./Estadual/Filantrópica	1.769	2.238.846,00
Janauba	Munic./Estadual/Filantrópica	14.081	17.820.913,00
Januária	Munic./Estadual/Filantrópica	20.327	22.245.868,00
João Pinheiro	Munic./Estadual/Filantrópica	11.907	13.031.020,00
Juiz de Fora	Munic./Estadual/Filantrópica	64.111	70.163.078,00
Lavras	Munic./Estadual/Filantrópica	11.348	14.362.028,00
Matipó	Munic./Estadual	2.213	2.800.772,00
Medeiros	Munic./Estadual/Filantrópica	561	710.001,00
Muriae	Munic./Estadual/Filantrópica	14.783	18.709.364,00
Muzambinho	Munic./Est./Federal/Filantrópica	3.514	4.447.318,00
Oliveira	Munic./Estadual	8.409	10.642.430,00
Ouro Preto	Munic./Est./Federal/Filantrópica	16.344	17.886.873,00
Pará de Minas	Munic./Estadual/Filantrópica	11.562	14.632.867,00
Paracatu	Munic./Estadual/Filantrópica	13.854	17.533.622,00
Patrocínio	Municipal/Filantrópica	11.634	14.723.990,00
Poços de Caldas	Munic./Estadual/Filantrópica	18.150	18.338.760,00
Ponte Nova	Munic./Estadual/Filantrópica	11.118	14.070.940,00
Porteirinha	Munic./Estadual/Filantrópica	12.689	16.059.198,00
Pouso Alegre	Municipal/Filantrópica	3.108	3.933.484,00
Santa Rita do Itueto	Munic./Estadual	1.334	1.688.310,00
Téofilo Otoni	Munic./Estadual/Filantrópica	35.659	45.130.030,00
Tupaciguara	Munic./Estadual/Filantrópica	5.330	6.745.648,00
Uberaba	Munic./Estadual/Filantrópica	41.152	52.081.971,00
Uberlândia	Munic./Est./Federal/Filantrópica	72.980	92.363.488,00
Vespasiano	Munic./Estadual/Filantrópica	11.916	15.080.089,00
Viçosa	Munic./Est./Federal	10.256	12.979.993,00
TOTAL DA UF: 45		929.168	1.110.635.973,00

ANO: 1993 UF: MS		Estado do MATO GROSSO DO SUL	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Campo Grande	Munic./Estadual/Filantropica	112.461	175.041.016,00
Corumbá	Municipal/Filantropica	6.701	8.480.785,00
Dourados	Municipal/Filantropica	10.192	12.898.995,00
Ponta Porã	Munic./Estadual/Filantropica	14.533	18.392.964,00
TOTAL DA UF: 4		143.887	214.813.760,00

ANO: 1993 UF: MT		Estado do MATO GROSSO	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Alta Floresta	Munic./Estadual	15.582	17.052.940,00
Cáceres	Municipal/Filantropica	8.618	10.906.940,00
Cuiabá	Municipal/Filantropica	32.295	50.265.866,00
Mirassol D'Oeste	Municipal	1.060	1.341.536,00
Rondonópolis	Municipal/Filantropica	7.191	9.100.929,00
Várzea Grande	Municipal	7.191	9.100.929,00
TOTAL DA UF: 6		70.498	95.947.942,00

ANO: 1993 UF: PA		Estado do PARÁ	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Altamira	Municipal/Filantropica	6.195	7.840.392,00
Ananindeua	Municipal/Filantropica	25.661	32.476.561,00
Marabá	Munic./Estadual/Filantropica	20.064	20.272.665,00
Redenção	Munic./Estadual/Filantropica	13.432	14.699.980,00
Uruará	Municipal	558	706.204,00
TOTAL DA UF: 5		65.910	75.995.802,00

ANO: 1993 UF: PB		Estado da PARAÍBA	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Bananeiras	Municipal/Filantropica	3.085	3.117.084,00
Bayeux	Municipal/Filantropica	5.306	6.715.273,00
Borborema	Munic./Estadual	1.284	1.405.209,00
Cajazeiras	Municipal	3.835	4.853.576,00
Campina Grande	Municipal/Filantropica	23.711	30.008.641,00
João Pessoa	Municipal	19.559	32.783.892,00
Ouro Velho	Municipal	618	676.339,00
Pombal	Municipal/Filantropica	3.823	4.838.388,00
Santa Rita	Municipal	11.857	15.006.219,00
Sapé	Municipal/Filantropica	6.633	8.394.724,00
Sousa	Municipal	3.544	7.016.486,00
TOTAL DA UF: 11		85.255	114.815.831,00

ANO: 1993 UF: PE		Estado de PERNAMBUCO	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Aliança	Municipal/Filantropica	5.378	6.806.396,00
Araripina	Municipal	11.960	13.089.024,00
Bezerros	Municipal/Filantropica	5.084	6.434.310,00
Cabo de Santo Agostinho	Municipal	20.204	25.570.182,00
Garanhuns	Municipal/Filantropica	6.840	8.656.704,00
Goiana	Municipal	9.222	11.671.363,00
Pesqueira	Municipal	5.917	6.475.564,00
Petrolina	Municipal/Filantropica	11.700	14.807.520,00
Recife	Municipal/Filantropica	63.663	99.088.895,00
Sanharó	Munic./Estadual/Filantropica	2.560	2.801.664,00
Santa Maria da Boa Vista	Municipal/Filantropica	3.615	3.956.256,00
Serra Talhada	Municipal/Filantropica	8.080	8.842.752,00
Surubim	Municipal/Filantropica	11.927	15.094.811,00
TOTAL DA UF: 13		166.150	223.295.441,00

ANO: 1993 UF: PI		Estado do PIAUÍ	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Barras	Municipal/Filantropica	7.425	9.397.080,00
Landri Sales	Municipal/Filantropica	856	936.806,00
Luís Correia	Munic./Estadual/Filantropica	9.050	11.453.680,00
Parnaíba	Municipal	15.490	19.604.144
Picos	Municipal/Filantropica	7.134	9.028.790,00
Piripiri	Municipal/Filantropica	7.267	9.197.115,00
Teresina	Munic./Estadual/Filantropica	152.468	237.310.301,00
TOTAL DA UF: 7		199.690	296.927.916,00

ANO: 1993		UF: PR	Estado do PARANÁ	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$	
Apucarana	Munic./Estadual/Filantrópica	17.102	21.644.291,00	
Arapongas	Munic./Estadual/Filantrópica	12.710	16.085.776,00	
Cafelândia	Munic./Estadual/Filantrópica	1.972	1.992.508,00	
Campo Largo	Munic./Estadual/Filantrópica	14.758	18.677.724,00	
Campo Mourão	Munic./Estadual/Filantrópica	18.519	23.437.646,00	
Cascavel	Municipal/Filantrópica	38.474	42.105.945,00	
Cianorte	Municipal/Filantrópica	1.157	1.464.299,00	
Curitiba	Municipal	60.974	94.903.575,00	
Foz do Iguaçu	Munic./Estadual/Filantrópica	32.118	40.648.540,00	
Francisco Beltrão	Munic./Estadual/Filantrópica	12.439	15.742.798,00	
Guarapuava	Munic./Estadual/Filantrópica	27.324	34.581.254,00	
Jandaia do Sul	Munic./Estadual/Filantrópica	3.680	4.657.408,00	
Lapa	Municipal/Filantrópica	2.686	3.399.401,00	
Mandirituba	Munic./Estadual/Filantrópica	6.732	8.520.019,00	
Marechal Cândido Rondon	Munic./Estadual/Filantrópica	9.926	10.863.014,00	
Marialva	Municipal/Filantrópica	3.964	4.005.225,00	
Maringá	Munic./Estadual/Filantrópica	42.603	53.918.356,00	
Marumbi	Munic./Estadual/Filantrópica	1.274	1.612.374,00	
Nova Aurora	Municipal/Filantrópica	1.331	1.684.513,00	
Paranaguá	Municipal/Filantrópica	8.202	10.380.451,00	
Paranavaí	Munic./Estadual	14.979	18.957.422,00	
Pato Branco	Munic./Estadual/Filantrópica	11.174	14.141.814,00	
Pinhais	Municipal/Filantrópica	7.302	7.991.308,00	
Piraquara	Munic./Estadual/Filantrópica	7.881	9.974.193,00	
Ponta Grossa	Munic./Estadual/Filantrópica	42.230	46.216.512,00	
Santa Fé	Munic./Estadual/Filantrópica	1.662	2.103.427,00	
São José dos Pinhais	Munic./Est./Federal/Filantrópica	22.344	28.278.566,00	
Sarandi	Munic./Estadual/Filantrópica	8.492	10.747.475,00	
Telemaco Borba	Munic./Est./Federal/Filantrópica	15.803	20.000.276,00	
Terra Rica	Munic./Estadual/Filantrópica	3.490	4.416.944,00	
Toledo	Munic./Estadual/Filantrópica	22.434	24.551.769,00	
TOTAL DA UF: 31		475.736	597.704.823,00	

ANO: 1993 UF: RJ		Estado do RIO DE JANEIRO	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Angra dos Reis	Municipal	9.299	11.768.814,00
Araruama	Municipal/Filantropica	5.465	6.916.504,00
Itaboraí	Municipal/Filantropica	12.376	13.544.294,00
Magé	Municipal	10.773	13.634.308,00
Nova Friburgo	Municipal/Filantropica	8.149	10.313.374,00
Petrópolis	Munic./Estadual/Filantropica	26.506	33.545.993,00
Resende	Munic./Estadual/Filantropica	21.240	26.881.344,00
Teresópolis	Municipal	9.557	12.095.339,00
TOTAL DA UF: 8		103.365	128.699.970,00

ANO: 1993 UF: RN		Estado do RIO GRANDE DO NORTE	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Caicó	Munic./Estadual/Filantropica	10.494	13.281.206,00
Macaíba	Munic./Estadual/Filantropica	11.794	14.926.486,00
Natal	Munic./Estadual/Filantropica	99.804	155.340.906,00
TOTAL DA UF: 3		122.092	183.548.598,00

ANO: 1993 UF: RO		Estado de RONDÔNIA	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Ariquemes	Municipal/Filantropica	13.066	16.536.329,00
Cacoal	Municipal	8.815	6.431.424,00
Jarú	Municipal/Filantropica	10.118	11.073.139,00
Ouro Preto do Oeste	Municipal	13.029	14.258.937,00
Porto Velho	Municipal/Filantropica	12.910	24.402.240,00
Presidente Médici	Municipal	7.090	8.973.104,00
Rolim de Moura	Municipal	7.182	9.089.539,00
Vilhena	Munic./Estadual/Filantropica	10.497	13.285.003,00
TOTAL DA UF: 8		82.707	104.049.715,00

ANO: 1993 UF: RR		Estado de RORAIMA	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Boa Vista	Municipal	1.148	1.786.815,00
TOTAL DA UF: 1		1.148	1.786.815,00

ANO: 1993 UF: RS Estado do RIO GRANDE DO SUL			
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Ajuricaba	Munic./Estadual	1.906	2.412.233,00
Bento Gonçalves	Municipal/Filantropica	3.742	4.735.875,00
Braga	Municipal	436	551.801,00
Cachoeira do Sul	Municipal/Filantropica	5.439	5.952.441,00
Caibaté	Municipal/Filantropica	751	950.465,00
Canguçu	Municipal	5.035	6.372.296,00
Canoas	Municipal/Filantropica	17.413	22.037.892,00
Carazinho	Municipal/Filantropica	6.377	8.070.731,00
Caxias do Sul	Municipal/Filantropica	24.370	30.842.672,00
Cerro Largo	Municipal	1.237	1.565.547,00
Cruz Alta	Municipal	4.840	6.125.504,00
Encantado	Municipal/Filantropica	724	916.294,00
Erechim	Municipal/Filantropica	3.271	4.139.777,00
Frederico Westphalen	Municipal	1.369	1.732.606,00
Guaíba	Municipal	5.583	7.065.844,00
Humaitá	Municipal/Filantropica	640	809.984,00
Ijuí	Municipal	5.007	6.336.859,00
Jóia	Municipal	900	984.960,00
Lajeado	Municipal/Filantropica	9.299	10.176.825,00
Marau	Municipal/Filantropica	2.073	2.268.691,00
Montenegro	Municipal	2.594	2.838.873,00
Novo Hamburgo	Municipal	21.300	21.521.520,00
Passo Fundo	Municipal/Filantropica	9.201	11.644.785,00
Planalto	Municipal	1.907	2.413.499,00
Porto Alegre	Municipal	24.455	38.063.222,00
Rio Grande	Municipal/Filantropica	13.795	17.458.952,00
Rodeiro Bonito	Municipal	1.237	1.353.772,00
Salto do Jacuí	Municipal	734	928.950,00
Santa Cruz do Sul	Municipal/Filantropica	7.707	9.753.979,00
Santa Maria	Municipal/Filantropica	13.929	17.628.542,00
Santa Rosa	Municipal/Filantropica	4.422	5.596.483,00
Santana do Livramento	Municipal/Filantropica	3.303	3.614.803,00
Santo Ângelo	Municipal/Filantropica	5.030	5.504.832,00
Santo Antonio das Missões	Munic./Estadual/Filantropica	2.593	3.281.700,00
São Borja	Municipal/Filantropica	6.008	7.603.724,00
São Gabriel	Municipal/Filantropica	10.182	12.886.339,00
Sapiranga	Municipal/Filantropica	4.259	5.390.190,00
Sarandi	Municipal/Filantropica	1.593	1.743.379,00
Venâncio Aires	Munic./Estadual/Filantropica	8.076	8.838.374,00
Vera Cruz	Municipal/Filantropica	1.046	1.323.817,00
TOTAL DA UF: 40		243.783	303.439.032,00

ANO: 1993		UF: SC	Estado de SANTA CATARINA	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$	
Blumenau	Municipal/Filantropica	21.648	27.397.708,00	
Caçador	Munic./Estadual/Filantropica	9.388	11.881.452,00	
Chapecó	Municipal	6.288	7.598.092,00	
Curitibanos	Munic./Est./Federal/Filantropica	9.125	11.548.600,00	
Florianópolis	Municipal/Filantropica	13.778	21.444.902,00	
Itajaí	Municipal/Filantropica	10.857	13.740.619,00	
Itapiranga	Munic./Estadual/Filantropica	6.814	8.623.798,00	
Jaraguá do Sul	Munic./Estadual/Filantropica	12.847	16.259.163,00	
Joacaba	Municipal/Filantropica	977	1.236.491,00	
Maravilha	Munic./Estadual/Filantropica	6.187	6.771.052,00	
Palhoça	Municipal/Filantropica	1.692	2.141.395,00	
Rio do Sul	Municipal/Filantropica	2.418	3.060.220,00	
São Miguel D'Oeste	Municipal	4.104	5.194.022,00	
Tubarão	Munic./Estadual/Filantropica	18.758	20.528.755,00	
TOTAL DA UF: 14		124.881	157.786.269,00	

ANO: 1993		UF: SE	Estado de SERGIPE	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$	
Aracaju	Municipal	28.240	43.954.422,00	
Campo do Brito	Munic./Estadual	4.567	4.998.124,00	
Lagarto	Municipal	12.862	14.076.172,00	
Nossa Senhora do Socorro	Municipal	11.064	14.002.598,00	
TOTAL DA UF: 4		56.733	77.031.316,00	

ANO: 1993 UF: SP Estado de SÃO PAULO			
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Americana	Munic./Estadual/Filantrópica	29.297	37.078.283,00
Amparo	Munic./Estadual/Filantrópica	10.371	11.350.022,00
Araraquara	Munic./Estadual/Filantrópica	34.269	43.370.846,00
Araras	Munic./Estadual/Filantrópica	18.898	23.917.308,00
Barretos	Munic./Estadual/Filantrópica	18.444	23.342.726,00
Birigui	Munic./Estadual/Filantrópica	13.400	16.959.040,00
Campinas	Munic./Estadual/Filantrópica	146.122	159.915.916,00
Diadema	Municipal/Filantrópica	8.601	10.885.425,00
Fernandópolis	Munic./Estadual/Filantrópica	11.371	14.391.137,00
Franca	Munic./Estadual/Filantrópica	42.194	46.177.113,00
Francisco Morato	Munic./Estadual/Filantrópica	21.312	15.549.235,00
Franco da Rocha	Munic./Estadual/Filantrópica	19.510	24.691.856,00
Guarulhos	Munic./Estadual/Filantrópica	161.591	176.845.190,00
Indaiatuba	Munic./Estadual/Filantrópica	21.298	23.308.531,00
Itapeceira da Serra	Munic./Estadual/Filantrópica	21.232	26.871.219,00
Itapetininga	Municipal/Filantrópica	23.056	29.179.673,00
Itapevi	Munic./Estadual/Filantrópica	24.601	31.135.025,00
Itapira	Munic./Estadual/Filantrópica	10.597	13.411.563,00
Itatiba	Munic./Estadual/Filantrópica	11.589	12.683.001,00
Jacareí	Municipal/Filantrópica	34.012	37.222.732,00
Lins	Munic./Estadual/Filantrópica	11.358	14.374.684,00
Lorena	Munic./Estadual/Filantrópica	16.434	17.985.369,00
Matão	Munic./Estadual/Filantrópica	13.361	14.622.278,00
Mauá	Munic./Estadual/Filantrópica	64.854	70.976.217,00
Mococa	Munic./Estadual	12.359	13.525.689,00
Moji das Cruzes	Munic./Estadual/Filantrópica	57.361	62.775.878,00
Moji-Guaçu	Munic./Estadual/Filantrópica	21.591	21.815.546,00
Moji-Mirim	Munic./Estadual/Filantrópica	11.895	15.054.312,00
Osasco	Munic./Estadual/Filantrópica	124.447	157.500.123,00
Penápolis	Munic./Estadual/Filantrópica	9.602	10.508.428,00
Pirassununga	Munic./Estadual	10.207	11.170.540,00
Presidente Prudente	Munic./Estadual/Filantrópica	32.588	41.243.372,00
Ribeirão Preto	Municipal	11.140	12.191.616,00
Salto de Pirapora	Munic./Estadual	5.197	5.687.596,00
Santa Bárbara D'Oeste	Munic./Estadual	23.171	29.325.217,00
Santo André	Municipal/Filantrópica	22.297	28.219.083,00
Santos	Munic./Estadual/Filantrópica	69.310	87.718.736,00
São João da Boa Vista	Munic./Estadual/Filantrópica	12.321	15.593.457,00
São José do Rio Preto	Munic./Estadual/Filantrópica	50.092	63.396.435,00
São José dos Campos	Munic./Estadual/Filantrópica	98.573	99.598.159,00
São Paulo	Municipal	654.346	1.018.463.194,00
Suzano	Munic./Estadual/Filantrópica	36.840	40.317.696,00
Valinhos	Munic./Estadual/Filantrópica	12.252	13.408.588,00
Votuporanga	Munic./Estadual	12.472	15.784.563,00
TOTAL DA UF: 44		2.075.833	2.659.542.617,00

ANO: 1993 UF: TO		Estado do TOCANTINS	
Município	Rede de Ensino	Quantidade de Alunos	Valor do Convênio CR\$
Araguaína	Municipal/Filantrópica	6.230	7.884.688,00
Gurupi	Munic./Estadual/Filantrópica	15.419	16.874.553,00
Palhas	Municipal/Filantrópica	7.410	11.533.366,00
Paraíso do Tocantins	Municipal	3.011	3.810.721,00
TOTAL DA UF: 4		32.070	40.103.328,00

TOTAL BRASIL: 310		6.062.398	7.798.315.343,00
-------------------	--	-----------	------------------

Quadro IV

CLIENTELA ATENDIDA

Cronograma para o ano de 1994 *

	VALOR DO REPASSE	CLIENTELA
BRASIL	241.924.120,26	30.553.896
NORTE	23.349.615,37	2.840.670
ACRE	1.671.481,89	121.205
AMAZONAS	7.595.016,07	485.180
AMAPÁ	52.164,21	5.111
PARÁ	8.346.503,60	1.554.376
RONDÔNIA	3.058.826,58	358.690
RORAIMA	705.345,04	61.444
TOCANTINS	1.920.277,98	254.664
NORDESTE	74.313.047,82	7.615.679
ALAGOAS	5.211.968,77	636.350
BAHIA	3.752.823,27	294.574
CEARÁ	8.652.867,92	813.191
MARANHÃO	14.575.665,16	1.644.736
PARAÍBA	10.608.085,02	770.318
PERNAMUBUCO	12.772.210,14	1.621.754
PIAUÍ	8.468.249,18	880.455
RIO GRANDE DO NORTE	6.977.222,27	544.063
SERGIPE	3.293.956,09	410.238
SUDESTE	76.912.549,61	12.775.902
ESPÍRITO SANTO	1.655.388,36	161.394
MINAS GERAIS	31.534.599,86	3.681.768
RIO DE JANEIRO	6.108.464,78	1.872.328
SÃO PAULO	37.614.096,61	7.060.412
SUL	39.926.764,08	5.028.561
PARANÁ	18.612.420,21	2.144.258
RIO GRANDE DO SUL	14.719.798,10	1.834.081
SANTA CATARINA	6.594.545,77	1.050.222
CENTRO-OESTE	27.422.143,48	2.293.084
DISTRITO FEDERAL	3.743.672,12	299.560
GOIÁS	14.032.824,17	1.011.018
MATO GROSSO DO SUL	5.067.495,32	416.751
MATO GROSSO	4.578.151,87	565.755

* Posição do repasse de recursos financeiros até outubro de 1994

MEC – Ministério da Educação e do Desporto
FAE – Fundação de Assistência ao Estudante
DAD – Departamento de Aquisição e Distribuição
GEDOI – Gerência de Doações de Organismos Internacionais

**QUADRO DEMONSTRATIVO DOS GÊNEROS PMA
RECEBIDOS E DISTRIBUÍDOS NO EXERCÍCIO DE 1993**

Quadro V

PRODUTOS	Período/Porto		Totais Recebidos/FAE			Totais Recebidos/UF			DISTRIBUÍDOS		
			KG	US\$	CR\$	CEARÁ	PARAÍBA	PIAUÍ	UF	Quant./Kg	Observações
Peixe Enlatado	12/01/93	(C)	185.011,00	450.626,82	123.416.221,22	0,00	185.011,00	0,00			
"	12/01/93	(F)	148.000,00	359.161,00	98.367.01,68	73.968,75	0,00	73.968,75	CE	625.699,52	Do total, 256.358,0 kg, foram para o PEA, 44.160,0 kg para o BRA, 2794 e 23.500,00 kg para a Secretaria de Saúde.
"	12/01/93	(R)	503.342,00	1.030.090,76	282.121.257,35	296.310,00	0,00	123.436,00			
"	12/01/93	(R)	65.000,00	161.195,00	44.148.086,60	0,00	64.922,13	0,00	PB	229.339,60	
"	12/01/93	(R)	148.091,00	342.269,00	93.740.633,72	0,00	139.904,78	0,00			
"	28/06/93	(F)	338.150,00	1.011.638,62	277.067.585,25	335.597,00	0,00	0,00	PI	69.598,85	
Feijão	05/01/93	(F)	280.000,00	166.182,20	45.513.980,94	202.384,00	0,00	74.460,00	CE	285.654,00	51.450 kg dist./PEAE.
"	23/12/92	(R)	120.000,00	69.660,00	19.078.480,80	0,00	119.300,00	0,00	PB	89.840,00	
									PI	29.040,00	
Leite em Pó	27/10/92	(R)	* 400.000,00	780.000,00	213.626.400,00	0,00	0,00	0,00	CE	490.925,00	70.000 kg foram distribuídos para o PEA.
"	27/06/93	(F)	165.000,00	411.625,50	112.735.991,94	115.238,00	0,00	49.350,00			
"	27/08/93	(C)	180.000,00	449.046,00	122.984.718,48	0,00	178.600,00	0,00	PB	139.405,00	
									PI	102.450,00	
Totais Gerais			2.532.594,00	5.231.496,90	1.432.802.370,97	1.025.497,75	687.737,91	323.214,75		2.061.951,97	
<p>Fonte: GEDOI/DAD/DAAN Arquivo: QDGPMA93.WKS</p> <p>LEGENDA/PORTOS C = CABEDELO - PB F = FORTALEZA - CE R = RECIFE - PE</p>			(*) – Quantitativo trocado pelos produtos abaixo relacionados.				<p style="text-align: center;">OBSERVAÇÕES GERAIS</p> <p>I – As diferenças verificadas sobre os TOTAIS RECEBIDOS/UF e o DISTRIBUÍDOS referem-se a Saldos de exercício anterior.</p> <p>II – As diferenças verificadas entre os TOTAIS RECEBIDOS/FAE e os TOTAIS RECEBIDOS/UF, referem-se a retiradas para Controle de Qualidade e Perdas PRÉ e PÓS-CIF.</p> <p>III – Os valores expressos em Cruzeiro Real têm por base a cotação do Dólar em 15/12/93.</p>				
			PRODUTO	CE	PE	PI					
			AÇUCAR	104.300,00	43.230,00	35.620,00					
			MACARRÃO	90.470,00	45.940,00	32.925,00					
			ARROZ	407.670,00	156.804,00	152.280,00					

**GASTOS DE CONTRAPARTIDA FAE
PROJETO BRA - 2732.01
1993**

Quadro VI

PRODUTO	CEARÁ		PARAÍBA		PIAUI		TOTAL	
	KG	CR\$	KG	CR\$	KG	CR\$	KG	CR\$
AÇUCAR	104.330,00	1.504.667,08	43.230,00	677.045,78	35.620,00	601.690,19	183.180,00	2.783.403,05
ARROZ	407.670,00	5.706.927,48	156.810,00	2.617.140,08	152.280,00	2.276.617,97	716.760,00	10.600.685,53
MACARRÃO	90470,00	1.593.059,36	45.940,00	799.990,43	32.925,00	639.221,75	169.638,16	3.032.271,54
CARNE BOVINA	65.425,92	9.087.159,77	29.162,64	4.404.973,56	29.049,60	3.775.869,62	123.638,16	17.268.002,95
ÓLEO DE SOJA	54.320,00	1.254.021,74	25.660,00	630.520,08	21.200,00	540.797,64	101.180,00	2.425.339,46
FARINHA DE MILHO	217.700,00	3.261.139,46	94.500,00	1.573.985,38	64.240,00	1.349.065,00	376.440,00	6.184.189,84
SAL IODADO	32.460,00	35.969,33	11.910,00	47.640,00	12.540,00	40.821,83	56.910,00	124.431,16
TOTAL GERAL	972.375,92	22.442.944,22	407.212,64	10.751.295,31	347.854,60	9.224.084,00	1.727.443,16	42.418.323,53

Arquivo: RE -1993. WKS
GEDOI/DAD/DAAN

TOTAL GERAL EM KILOS = 1.727.443,16
TOTAL GERAL EM CRUZEIROS = 42.418.324,22

OBS.: Foram repassados recursos financeiros às Secretarias de Educação dos estados do Piauí, Ceará e Paraíba conforme segue:

- PIAUI = CR\$ 46.770.031,40
- CEARÁ = CR\$ 130.165.708,50
- PARAÍBA = CR\$ 57.866.388,05

O total da Contrapartida / FAE para o Projeto BRA - 2732.01 é da ordem de CR\$ 277.220.452,17 (duzentos e setenta e sete milhões, duzentos e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e dois cruzeiros reais e dezessete centavos).

Quadro VII

RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE QUALIDADE À FAE

MT	–	FUFMT	–	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
RN	–	UFRN	–	Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
AC	–	FUFAC	–	Fundação Universidade Federal do Acre.
CE	–	UFCE	–	Universidade Federal do Ceará. (*)
BA	–	CEPED	–	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Bahia. (**)
MG	–	CETEC	–	Fundação Centro de Tecnologia de Minas Gerais.
MS	–	UFMS	–	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
SP	–	EPM	–	Escola Paulista de Medicina.
PB	–	UFPB	–	Universidade Federal da Paraíba.
RO	–	SESA	–	Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia.
AM	–	INPAA	–	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
PA	–	UFPA	–	Universidade Federal do Pará.
AP	–	SESA	–	Secretaria de Estado da Saúde do Amapá.
MA	–	FUMA	–	Fundação Universidade Federal do Maranhão.
PI	–	FUFPI	–	Fundação Universidade Federal do Piauí.
PE	–	UFPE	–	Universidade Federal de Pernambuco.
AL	–	SSSS	–	Secretaria de Saúde e Serviço Social de Alagoas.
SE	–	ITPS	–	Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe.
ES	–	IEPS	–	Instituto Estadual de Saúde Pública do Espírito Santo
RJ	–	UFRJ	–	Universidade Federal do Rio de Janeiro.
PR	–	UFPR	–	Universidade Federal do Paraná.
SC	–	UFSC	–	Universidade Federal de Santa Catarina
RS	–	CIENTEC	–	Fundação de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
GO	–	UFG	–	Universidade Federal de Goiás.
DF	–	ISDF	–	Instituto de Saúde do Distrito Federal.
DF	–	UnB	–	Universidade de Brasília.
TO	–	UNITINS	–	Universidade de Tocantins.

(*) Descredenciamento em 19/08/93.

(**) Descredenciamento em 16/12/93.

Quadro VIII

RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS ÀS UNIDADES BASES DE CONTROLE DE QUALIDADE DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - FAE

UNIDADE BASE	VALOR PAGO CR\$
UFCE/CE	21.360,21
FUFMT/MT	1.650.941,76
UFRN/RN	1.794.306,53
FUFAC/AC	1.059.892,40
CEPED/BA	2.388.701,59
CETEC/MG	715.433,11
UFMS/MS	273.517,19
EPM/SP	2.437.448,87
UFPB/PB	1.919.486,42
SESA/RO	774.221,24
INPA/AM	3.296.075,69
UFPA/PA	3.476.804,68
SESA/AP	0,00
FUMA/MA	2.205.347,22
FUFPI/PI	2.233.121,49
UFPE/PE	4.612.653,71
SSSS/AL	3.316.911,21
ITPS/SE	1.606.391,28
IESP/ES	0,00
UFRJ/RJ	2.340.825,67
UFPR/PR	710.307,13
UFSC/SC	1.333.790,70
CIENTEC/RS	975.255,57
UFG/GO	3.098.886,45
ISDF/DF	858.299,31
UnB/DF	456.482,74
UNITINS/TO	10.025,25
Total	43.566.577,62

Fonte: GAT/DCQ/DANN

ACOMPANHAMENTO DAS IRREGULARIDADES DO PNAE

Quadro IX

UF	Nº PROCESSO	IRREGULARIDADES	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	SITUAÇÃO EM 31/12/93
BA	23096.001300/92-45	Deterioração de alimentos nos municípios de Antônio Cardoso Simões Filho e povoado de Santo Estêvão Velho	– Instauração de Comissão de Sindicância – Solicitação de ressarcimento à SEDUC/BA	Aguardando posicionamento da SEDUC/BA
CE	23096.007368/88-15	Ausência de prestação de contas de recursos destinados a aquisição de material de cantina	– Solicitação de ressarcimento em gêneros alimentícios à SEDUC/CE	Aguardando posicionamento da SEDUC/CE
CE	PROCESSO SEDUC/CE	Desvio de alimentos Caucaia/CE	– Encaminhamento à Polícia Federal, pela SEDUC/CE para abertura de inquérito policial	Aguardando posicionamento da Polícia Federal
CE	23096.007346/93-40	Saque no município de Beberibe/CE	– Instauração de Comissão de Sindicância pela SEDUC/CE	Aguardando resultado da Sindicância
CE	23096.007347/93-11	Saque caminhão no município de Pires Ferreira	– Solicitação de ressarcimento à SEDUC/CE	Aguardando posicionamento da SEDUC/CE
MT	23096.003082/92-47	Desvio de alimentos nos armazéns de Mato Grosso	– Instauração de Tomada de Contas Especial – Solicitação de ressarcimento à SEDUC/MT	– Reposição dos gêneros – Encaminhamento ao TCU informando da quitação do débito. – Aguardando posicionamento final TCU
PI	23096.002385/93-14	Inutilização e desvio de alimentos no município de Palmeirais/PI	– Instauração de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar pela FAE. – Solicitação de ressarcimento à SEDUC/PI	A SEDUC/PI encaminhou notas de empenho referentes a aquisição de alimentos para a quitação do débito. A FAE aguarda as NFs
PI	23096.007345/93-87	Desvio de alimentos no município de Alto Longa/PI	– Realização de supervisão ao município por técnico da REFAE/PI	Em análise para adoção das medidas cabíveis
PR	23000.011309/92-95	Deterioração de alimentos no Armazém/PR	– Solicitação de ressarcimento à SEDUC/PR	Quitação parcial do débito Aguardando quitação total
RN	21123.005985/93-60	Desvio de alimentos por entidade filantrópica no município de Luís Gomes/RN	– Realização de supervisão ao município por técnico da REFAE/RN – Suspensão do atendimento à entidade – Solicitação de levantamento do quantitativo desviado	Aguardando informações da SEDUC/RN
RN	23096.003623/93-96	Saques nos municípios de São Miguel e de João Pessoa/RN denunciado à Polícia Federal	– Solicitação à Polícia Federal para apuração dos fatos	Aguardando informações da Polícia Federal
RO	23096.001190/93-20	Utilização dos alimentos do PNAE para clientela não prevista no município de Porto Velho/RO	– Realização de supervisão ao município por técnico da FAE	Em análise para adoção das medidas cabíveis
SP	23096.003686/93-56	Alimentos com prazo vencido em São José do Rio Preto/SP	– Instauração de comissão de processo administrativo disciplinar pela FAE. – Solicitação de ressarcimento à SEDUC/SP	Aguardando a documentação comprobatória da reposição de gêneros



**RELATÓRIO DO INSTITUTO
DE PESQUISA ECONÔMICA
APLICADA – IPEA**

**Um Balanço das Ações de Governo
no Combate à Fome e à Miséria
– 1993 –**

Parte I – Capítulo 2 – Item 2.2

Ana Maria T. M. Peliano, coord.

2.2 A Descentralização da Merenda Escolar

O Debate em torno da descentralização da merenda escolar agudeceu em meados da década de 80 no bojo das discussões sobre democratização e descentralização das políticas públicas. Na época, o governo federal lançou-se em uma experiência piloto: descentralizou a alimentação escolar para algo em torno de 200 municípios. Entretanto, rapidamente, as esperanças transformaram-se em frustrações: a experiência foi abandonada, o discurso oficial esquecido e as propostas técnicas engavetadas.

Assim, a decisão do atual governo que levou à descentralização efetiva do Programa de Alimentação Escolar constituiu-se em um novo marco na história do Programa. Não se tratou de testes pontuais, mas sim de um processo desencadeado nacionalmente que poderá trazer vários resultados positivos: ganhos de qualidade no atendimento, maior flexibilidade operacional, apoio às economias locais e diminuição dos custos.

A. O que é o Programa de Alimentação Escolar e por que dar Prioridade à sua Descentralização?

O fornecimento da alimentação escolar teve sua origem nos anos 30 com financiamento das caixas escolares. Tratava-se portanto, de um atendimento de caráter privado e executado pelas próprias escolas. Foi sendo incorporado gradativamente pelo governo e transformado em 1956 em um programa nacional, com a criação da Campanha Nacional da Merenda Escolar - CNME -, vinculada ao Ministério da Educação. A CNME nos seus primeiros anos viveu, basicamente, de doações dos excedentes da safra norte-americana. Com a retirada da ajuda externa, no final dos anos 60 e início dos anos 70, e em plena vigência do milagre econômico, o governo brasileiro passou a assumir totalmente os custos da Campanha.

Entre 1967 e início dos anos 90, o atendimento aumentou de 8 milhões para 30 milhões de escolares. Este processo de crescimento foi concomitante à centralização das compras dos alimentos através dos órgãos federais e, até a segunda metade da década de 70, pela aquisição exclusiva de produtos formulados.

A partir da aprovação do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - PRONAN (1976), foram introduzidos produtos básicos e tradicionais na alimentação das escolas. Acreditava-se, na ocasião, que um grande mercado institucional de alimentos (criado através da centralização das compras de todos os programas federais) pudesse implicar ganhos devido a economias de escala e ser utilizado como mecanismo de apoio aos pequenos produtores rurais de alimentos básicos. A experiência demonstrou, entretanto, a inviabilidade de abastecer um programa daquela dimensão através da compra direta de pequenos produtores dispersos e com ofertas reduzidas.

Em meados da década de 80, a proposta de descentralização do programa começou a ganhar força respaldada no processo de democratização do país. Em 1986, a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE -, do Ministério da Educação, deu início à municipalização do Programa, através de uma experiência piloto que chegou a atingir 197 municípios brasileiros. Avaliações dessa experiência demonstraram resultados em geral satisfatórios, a qual, entretanto, foi desativada devido a alterações nas prioridades políticas da FAE. Alegou-se, na ocasião, problema para operacionalizar a prestação de contas e a morosidade no repasse de recursos. Neste retrocesso, a pressão exercida pelas indústrias de alimentos formulados teve um papel decisivo.

Em 1988, o Programa Nacional de Alimentação Escolar foi incorporado como direito constitucional e, na própria Constituição, ficou estabelecido que a execução dos programas

assistenciais deveria ser transferido para o âmbito dos municípios. Desde então as reivindicações para a retomada do processo de municipalização têm sido reiteradas pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação - CONSED -, pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME - e pela Frente dos Prefeitos, entre outras organizações envolvidas com a questão. Os argumentos utilizados apontavam para a falácia da tese segundo a qual a centralização promoveria economias de escala e ganhos de qualidade. A centralização e o gigantismo do sistema levaram, entre outros, ao "passeio" dos alimentos, onerando excessivamente os custos de transporte e armazenagem; aos prejuízos causados pela deterioração de produtos e pela validade expirada; à inadequação dos alimentos aos hábitos alimentares regionais; ao custo adicional dos testes de controle de qualidade, muitas vezes ineficazes; e aos freqüentes atrasos e descontinuidades no fornecimento da merenda.

Essas reivindicações se tornaram mais potentes à medida que o desempenho do Programa foi se deteriorando. Em 1991, os escolares do primeiro grau receberam merenda durante apenas 60 dos 200 dias letivos. O ano seguinte apresentou o pior resultado jamais conhecido pela instituição: apenas 19% das metas foram atingidas. A FAE dispôs de recursos financeiros da ordem de US\$ 150 milhões,⁽¹²⁾ quando seriam necessários US\$ 795 milhões. Esses valores corresponderam a um atendimento equivalente a 38 dias.

Na virada do ano de 1992, através de um ato corajoso, a direção da FAE iniciou o processo de descentralização da merenda escolar repassando recursos para os estados. Na ocasião, as metas eram as seguintes: em 1993 nenhuma compra de alimentos se efetuariá mais de forma centralizada, e todos os municípios com população acima de 50 mil habitantes, que assim o desejassem, receberiam recursos e não mais gêneros alimentícios. A partir de 1994, o Programa deveria ser totalmente descentralizado para as prefeituras que aderissem à proposta.

B. Breve Balanço

O Programa de Descentralização da Alimentação Escolar, considerado uma das prioridades do Plano de Combate à Fome e à Miséria e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, tem por objetivo descentralizar progressivamente e por adesão o atendimento a todas as crianças da rede de ensino fundamental (municipal e estadual) e escolas filantrópicas. Isto significa distribuir, através dos municípios e durante 200 dias letivos, uma merenda a 30,6 milhões de crianças. Estima-se que, para cobrir 15% das necessidades nutricionais diárias de um escolar, são necessários US\$ 0,13 ou seja, o Programa requer um total de US\$ 795 milhões.

Em 1993, o Programa dispôs de recursos orçamentários da ordem de US\$ 770 milhões. Cabe aqui destacar, novamente, o papel fundamental desempenhado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA - na viabilização desses recursos financeiros. O valor inicialmente alocado no Orçamento Geral da União para a FAE correspondia ao equivalente a US\$ 400 milhões - significativamente inferior ao necessário para o atendimento satisfatório das crianças. Em julho, o Congresso Nacional votou um ajuste do Orçamento. Naquela época observou-se cortes substanciais nos gastos do governo. Entretanto, o Programa da merenda não só não foi cortado, como foi suplementado em US\$ 370 milhões.

A disponibilidade de recursos financeiros, principalmente no segundo semestre, associada à vontade política, facilitaram a implementação progressiva da descentralização. Numa primeira etapa os recursos foram transferidos para os estados. Estes, na sua grande maioria,

com exceção de Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro, repassaram para os municípios alimentos e não recursos. Acredita-se que esta atitude seja mais o resultado de um processo de acomodação: afinal, as Secretarias Estaduais de Educação - SEE's – e as representações estaduais da FAE-REFAE's – eram as que, no sistema anterior, definiam cardápios e quantidades de alimentos a serem adquiridos e distribuídos. Parecia mais fácil, durante os primeiros meses de transição, navegar em águas mais conhecidas.

No segundo semestre iniciou-se de fato a municipalização: as prefeituras que aderiram passaram a receber recursos diretamente da FAE. Praticamente todas as capitais já se habilitaram. Ficaram faltando três: Belém e Fortaleza alegaram não disporem ainda de infraestrutura adequada para garantir a contraparte do município na execução do Programa, e o Rio de Janeiro, que até muito recentemente encontrava-se inadimplente com a FAE, deve incorporar-se ao processo em 1994.

Quanto aos 565 municípios de população acima de 50 mil habitantes, 368 (65%) prefeituras aderiram. Entretanto, se habilitaram de fato 283 (50%), sendo que os demais não apresentaram a documentação requerida.

Pode-se afirmar que, em 1993, pouco mais de 20% da merenda foi municipalizada, uma vez que 66 milhões de crianças receberam alimentação escolar diretamente das prefeituras. Estimativas de cálculo apontavam para uma cobertura de aproximadamente cem dias de atendimento – incluindo os primeiros dias letivos de 1994 –, ou seja, 50% da meta inicial. Duas perguntas surgem de imediato: por que não se pode informar, com precisão, os dias de atendimento, e como explicar que a meta foi atingida apenas parcialmente, quando o programa dispunha de recursos suficientes, como colocado anteriormente?

A resposta à primeira indagação é muito simples. A FAE tem condições, através dos seus indicadores (recursos financeiros disponíveis, valores do *per capita*, quantidade de crianças, etc.) de calcular, *a priori*, o número (teórico) de dias de atendimento. Entretanto, um dos argumentos fortes a favor da municipalização dizia respeito à diminuição do custo da refeição. Se esta tese se confirmar, e isto só será possível após informações encaminhadas pelos municípios e/ou por avaliações elaboradas pela própria FAE, os recursos federais poderão ser multiplicados a nível local, permitindo assim uma maior cobertura do Programa. Concluindo, há de se saber melhor o que ocorreu em 1993, nos estados e municípios, para poder aferir um indicador de atendimento mais preciso.

Responde-se a segunda pergunta com os seguintes argumentos: em primeiro lugar, o Programa só foi financeiramente complementado no início do segundo semestre. Com isso, durante os primeiros seis meses do ano a FAE restringiu o atendimento em função do Orçamento anunciado, que correspondia a menos da metade do necessário. Por outro lado, os recursos alocados no Orçamento não sofreram nenhum tipo de correção monetária, enquanto que o *per capita* – base de cálculo para o repasse dos recursos aos estados e municípios – era atualizado mensalmente pelo valor da inflação. Em outras palavras, existe um grande descompasso entre os recursos que a FAE recebe – não reajustados – e os que transfere – que devem manter ao longo do ano seu valor real, única forma de garantir a merenda quotidiana das crianças com o mesmo valor nutricional. Essa situação ainda é agravada por outros dois motivos:

- o montante: morosidade por parte do Tesouro Nacional na liberação financeira dos recursos. A título de exemplo, até junho de 1993 tinham sido repassados apenas 13% do Orçamento inicialmente previsto. Entretanto, vale destacar que no segundo semestre o cronograma previsto foi cumprido.

(12) Cr\$ 662 bilhões – CR\$/US\$ = 4512,4 média de 1992. Suma Econômica. Fev/93, p. 30.

- o ajuste: dificuldades dos estados e municípios no cumprimento dos cronogramas estabelecidos nos convênios. A falta de experiência com a gestão local do Programa (elaboração dos cardápios, compra dos alimentos e controle de sua qualidade, etc.) tem se traduzido essencialmente por prestações de contas atrasadas, comprometendo mais ainda o ritmo de transferência de recursos, já que cada parcela repassada pela FAE está condicionada à prestação de contas da parcela anterior. Cumpre aqui salientar a importância do dinheiro ir o quanto antes para o município, porque o Tesouro o autoriza a efetuar aplicações no mercado financeiro desde que os frutos dessa operação sejam revertidos para o Programa.

Em que pese as metas do Programa não terem sido plenamente alcançadas em 1993, o processo de descentralização está se consolidando. No final do ano a FAE realizou uma supervisão em 5 estados, 16 municípios e 42 escolas. Apesar do relatório final ainda não estar concluído, alguns resultados preliminares, baseados essencialmente em declarações e depoimentos de dirigentes locais, diretores de escolas e usuários, apontavam para uma significativa melhora do Programa: redução dos custos operacionais, diminuição dos desperdícios, maior regularidade, incremento da qualidade da refeição oferecida e, consqüentemente, maior aceitabilidade por parte dos alunos.

Quanto às metas de atendimento para 1994, estas deverão ser as mesmas do ano de 1993, uma vez que o Programa já está universalizado, atingindo os 30,6 milhões de escolares do primeiro grau que deverão receber durante 200 dias letivos uma merenda capaz de satisfazer 15% de suas necessidades nutricionais, a um custo total de US\$ 795 milhões. Em princípio, todos os municípios que tiverem aderido à descentralização deverão estar executando de forma autônoma o seu programa.

No entanto, a programação do Orçamento da União para 1994 está prevendo recursos no valor de aproximadamente US\$ 700 milhões, o que corresponde a 88% das necessidades financeiras do programa. A merenda escolar foi e continua sendo considerada uma das prioridades do CONSEA: recursos não podem faltar e espera-se que em 1994 todas as condições sejam garantidas para que as crianças possam aprender sem fome.

C. Conclusões

A FAE tem o duplo mérito de ter ousado deslanchar o processo de descentralização do Programa de Alimentação Escolar – mais nenhuma compra de alimentos se efetua a nível central – e de ter cumprido rigorosamente as metas por ela estabelecidas.

Contou com forte respaldo do CONSEA na reprogramação orçamentária, o que resultou, de forma inédita, na alocação de recursos mais compatíveis com os objetivos do Programa.

Entretanto, alguns aspectos quanto à operacionalização do programa merecem uma atenção especial e deverão ser objeto de reflexão;

1) Da operacionalização do Programa nos estados e municípios

- * Atualmente, grande parte das prefeituras que aderiram à descentralização atende apenas às crianças matriculadas na rede municipal, quando se sabe que a maior parte dos escolares do primeiro grau freqüentam estabelecimentos estaduais. ⁽¹³⁾ Não faz sentido numa mesma cidade existirem duas estruturas diferentes de

atendimento para um mesmo propósito. As prefeituras deverão se articular com os governos estaduais para que lhes sejam dadas as condições no sentido de atender toda a rede – estadual, municipal e filantrópica – localizada nas suas áreas de administração;

- * As dificuldades encontradas para executar o programa localmente e, conseqüentemente, prestar contas à FAE, tem contribuído para atrasar o cronograma de repasse de recursos. Isto tem acarretado uma corrosão do valor real das verbas disponíveis, bem como diminuído os dias de atendimento. Nesse sentido, estados e municípios devem procurar estruturar-se para fazer face à nova realidade do Programa. Como um dos principais entraves é mencionada a nova Lei nº 8.666, que normatiza as licitações e os contratos da administração pública. Para flexibilizá-la, o governo federal fez um esforço através da Medida Provisória nº 372, de 17/11/93, que autoriza estados e municípios a comprarem, sem licitação, para a merenda escolar, hortifrutigranjeiros, gêneros perecíveis e pão.

II) Da Administração do Programa em Brasília

- * Para garantir o correto funcionamento do Programa, uma dotação orçamentária compatível com as metas é necessária, mas não suficiente. O fluxo de liberação dos recursos por parte do Tesouro deve ser regular e contínuo. A falta de regularidade na liberação dos recursos, além de trazer sérias implicações em termos do cumprimento das metas, contribui fortemente para dificultar mais ainda o planejamento e a gestão do Programa nos estados e municípios;
- * Em 1994, a merenda poderá estar totalmente municipalizada. Neste novo contexto, merecem ser debatidas questões fundamentais, tais como os mecanismos necessários para garantir a irreversibilidade da descentralização, e de que forma a FAE deverá estruturar-se para enfrentar esta nova dinâmica – principalmente no que se refere à administração de mais de 4000 convênios.

Finalmente, vale salientar que, até o momento, as informações sobre os resultados da descentralização da merenda nos estados e municípios são bastante escassas. O acompanhamento e a avaliação do desempenho do Programa localmente serão fundamentais para garantir parte de sua eficiência e eficácia. Assim, essas tarefas deveriam ser executadas, em parceria com os governos estaduais e municipais, com os comitês de Combate à Fome e à Miséria, com as Universidades, com as associações de moradores, etc.

(13) 32% das matrículas são feitas em escolas municipais e 53% em escolas estaduais. MEC - Estudos Estatísticos, Educação Pré-Escolar. Ensino Regular 1º e 2º graus. Estimativas 1990.

FAE

Fundação de Assistência ao Estudante

Diretoria de Apoio Alimentar e Nutricional

SAS Quadra 1 Bloco A 9º Andar

Fone: (061) 212-4150 / 225-6603

Fax: (061) 321-7844